



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LISSANE DA SILVA PEREIRA

**Educação e gênero: implicações nos anos
iniciais do Ensino Fundamental**

GUARABIRA - PB

2022

LISSANE DA SILVA PEREIRA

EDUCAÇÃO E GÊNERO: implicações nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, com requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Formação docente e identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial

Orientador (a): Profa. Ma. Elizangela Dias Santiago Fernandes.

GUARABIRA – PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436e Pereira, Lissane da Silva.
Educação e gênero [manuscrito] : implicações nos anos iniciais do ensino fundamental / Lissane da Silva Pereira. - 2022.
68 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação : Profa. Ma. Elizangela Dias Santiago Fernandes, Departamento de Educação - CH."
1. Educação sexual. 2. Gênero. 3. Patriarcalismo. 4. Sociedade. I. Título

21. ed. CDD 372.372

LISSANE DA SILVA PEREIRA

EDUCAÇÃO E GÊNERO: implicações nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, com requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.


Área de concentração: Formação docente e identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial

Aprovada em 26 / 07 / 2022

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Elizângela Dias Santiago Fernandes (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Josilene Rodrigues da Silva
(Examinadora 1) Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Sheila Gomes de Melo
(Examinadora 2)
Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB)

A sua memória, vô Moreira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças ao longo desses 5 anos de curso, no qual me deparei com inúmeras adversidades, mas consegui manter a cabeça erguida para ultrapassar os desafios que surgiram no percurso. Foram incontáveis noites mal dormidas, momentos de frustração e sentimento de incapacidade, tentando conciliar trabalho com estudos, encontrando dificuldades com transporte e fazendo o possível para não me deixar abater pela exaustão.

Gostaria de agradecer a minha família, por acreditarem em mim e me incentivarem a ir até o fim. Agradeço em especial a minha mãe, Josélia da Silva Pereira, e ao meu pai, Ednaldo Rosa Pereira, por todo o sacrifício que realizaram desde o início da minha vida até o momento da minha formação. Obrigada por aturar os meus dias de mau humor, que não foram poucos, e por todas as caronas ao longo desse tempo, que também não foram poucas. Agradeço a minha vó, Severina da Silva Vieira, por toda a sua demonstração de carinho e por acreditar em mim em toda e qualquer circunstância.

Agradeço aos professores e professoras que conheci nessa jornada, amigas que a UEPB me presenteou ao longo do curso, Maria Joelma e Patrícia Araújo, por todo apoio, conselhos, aprendizagem compartilhada e noites em claro estudando. Nosso trio foi fundamental para que eu chegasse até este momento.

A minha orientadora Elizangela Dias pela paciência comigo em relação aos atrasos, pela cobrança edificante, pela contribuição e indicações de livros e textos para serem estudados. Você foi uma peça fundamental para a conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço ao curso de Pedagogia da UEPB por me permitir a experiência de uma vida acadêmica.

"Que nada nos limite, que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre."

Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso apresenta discussões acerca da questão de gênero e sexualidade no Ensino Fundamental I, com o intuito de analisar as relações de gênero ao longo da história, versando sobre as influências para a educação sexual na discussão sobre gênero, desmistificando-se conceitos e ideias que perdurem sobre a ótica da diferenciação biológica, que enaltece gêneros, na busca do detrimento de outros, além de averiguar as implicações que se fazem presentes em relação ao ensino e educação de gênero e sexualidade e a capacitação docente em trabalhar tal questão, compreendendo quais são os entraves envolvidos na temática. Para o desenvolvimento da fundamentação teórica nos respaldamos nas ideias de Perrot (1984), Foucault (1985), Bruschini; Barroso (1986), Nunes (1987), Laurentis (1996), Louro (1997), Badinter (1998), Mesquita; Ramos; Santos (2001), Macedo (2002), Duarte (2003), Spitzner (2005), Manoel (2008) e Palhano (2015), entre outros(as) que colaboram de forma significativa para reflexão do tema. A metodologia empregada possui um caráter qualitativo, tendo sido realizado um trabalho de campo em duas escolas da cidade de Guarabira – PB, sendo uma da repartição privada e outra pública, tendo sido aplicado um questionário com os docentes do ensino fundamental I de ambas as instituições, que são os colaboradores deste estudo. Os resultados da pesquisa nos revelam a falta de conhecimento que ainda se faz presente nos/as educadores/as em relação a temática de gênero e sexualidade, ainda possuindo uma visão extremamente limitada e até mesmo preconceituosa, além de falta de aptidão em identificar casos que envolvem o preconceito de gênero devido a escassez de disciplinas ou debates que discorrem a respeito do assunto ao longo de sua formação, de modo que tragam a eles o discernimento necessário para desempenhar o seu trabalho com alunado em sala de aula. Neste sentido, se faz necessário que haja mais aprofundamento na área durante o ensino superior para que assim seja possível a formação de docentes capacitados e entendidos acerca da questão de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Educação Sexual. Gênero. Patriarcalismo. Sociedade.

ABSTRACT

The present Course Conclusion work presents discussions about the issue of gender and sexuality in Elementary School I, in order to analyze the gender relations throughout history, focusing on the influences for sex education in the discussion about gender, demystifying concepts and ideas that persist on the optic of biological differentiation, which exalts genders, seeking the detriment of others, in addition to investigating the implications that are present in relation to the teaching and education of gender and sexuality and the teacher training to work on this issue, understanding what are the obstacles surrounding the theme. For the development of the theoretical foundation we are supported by the ideas of Perrot (1984), Foucault (1985), Bruschini; Barroso (1986), Nunes (1987), Laurentis (1996), Louro (1997), Badinter (1998), Mesquita; Ramos; Santos (2001), Macedo (2002), Duarte (2003), Spitzner (2005), Manoel (2008) and Palhano (2015), among others who collaborate significantly to reflect on the theme. The methodology employed has a qualitative character, having been performed a field work in two schools in the city of Guarabira - PB, being one private and the other public, having been applied a questionnaire with teachers of elementary education I of both institutions, which are the subjects of this study. The results of the research reveal the lack of knowledge that is still present in educators in relation to the issue of gender and sexuality, still having an extremely limited vision and even prejudice, and lack of ability to identify cases involving gender bias due to lack of disciplines or debates that discuss the subject throughout their training, so that they bring them the necessary insight to perform their work with students in the classroom. In this sense, it is necessary that there be more in-depth study in the area during higher education so that it is possible to train qualified teachers who understand the issues of gender and sexuality.

Keywords: Sexual Education. Gender. Patriarchy. Society.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|------|--|
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LGBT | Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| PLOL | Projeto de Lei Ordinária do Legislativo |
| PME | Plano Municipal de Educação |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PSL | Partido Social Liberal |
| PTN | Partido Trabalhista Nacional |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO | 14 |
| 3 O PATRIARCALISMO E O INÍCIO DA EDUCAÇÃO SEXUAL | 23 |
| 4 O EMPODERAMENTO FEMININO | 31 |
| 5 A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DE GÊNERO PARA A EDUCAÇÃO .. | 36 |
| 6 METODOLOGIA | 40 |
| 6.1 Campo de pesquisa | 41 |
| 6.2 Colaboradores da pesquisa | 42 |
| 7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS | 44 |
| 7.1 Elementos mobilizados pelos colaboradores para a discussão das relações de gênero | 44 |
| 7.2 Entraves possibilitados para a repercussão das relações patriarcais e da desvalorização feminina na sociedade | 46 |
| 7.3 Implicações da discussão de gênero para a educação sexual dos sujeitos imbricados no ato educativo | 49 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 57 |
| REFERÊNCIAS..... | 61 |
| APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .. | 65 |
| APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO | 67 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho permite a observação das grandes transformações sociais que envolvem o universo feminino, na busca pela igualdade e equidade da mulher em relação ao homem, envolvendo o seu espaço e direito igualitário. Ou seja, diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres, nas quais o gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade e estas diferenças são culturalmente produzidas. Se há desigualdade é porque os homens e mulheres são socializados em papéis diferentes, sendo assim, as identidades são resultado de influências sociais. Historicamente, se tem observado que os papéis das atribuições do gênero masculino e feminino são definidos a partir do momento em que a criança é gerada e há o conhecimento a respeito disso, no qual a preocupação consiste na sobrevivência e na geração dos filhos. Essa organização continua até os dias atuais, nos quais ainda predomina a visão de que os pais são quem devem gerar a renda e as mulheres devem cuidar das vestimentas, da alimentação e do bem-estar do restante da família. A parte gestacional e o cuidado com a família têm influenciado o domínio feminino dentro do ambiente doméstico, tanto físico quanto socialmente, de tal forma que há muitos anos é restringido o poder de expressar sua opinião em ambientes de vida pública.

Pensadores e instituições, como Charles Darwin e a Igreja, ao longo da história usaram da ciência, da filosofia e da religião para depreciar as mulheres, usando do julgamento de não ser adequadas para a realização de tarefas físicas e intelectuais, que contenha um maior valor na sociedade, empregando argumentos para impedir a participação das mulheres em qualquer dessas atividades. De tal forma que, a realidade material ajuda nessa construção social, como a genética e a genitália, como também roupas diferenciadas separadas por sexo, que são apenas instrumentos para indicação do gênero homem e mulher que a sociedade produz, sendo o masculino superior e dominante ao feminino.

A luta pelo feminismo, no qual realiza-se movimentos sociais em prol de direitos equânimes para homens e mulheres, pela quebra dos modelos patriarcais que regem nossa sociedade, envolvem desde sempre a liberdade

acima de tudo, mesmo que a tendência seja atingir a independência da mulher, mesmo que tenha que realizar tarefas de casa como também tarefas ligadas ao mundo moderno, se aplicando assim o comportamento sexual ou outras decisões que venha a tomar, tendo a liberdade de escolha sem julgamentos ou preconceitos. Exercendo o meu papel de mulher em uma sociedade em que nós possuímos o direito a voto há apenas 90 anos, sempre questionei o porquê de não poder brincar com meninos durante a infância, correr e jogar bola com eles, não compreendia por que havia divisão entre os brinquedos de meus primos e primas, observava as mulheres da família sempre em casa, cuidando das crianças, realizando serviços domésticos e cozinhando para seus respectivos maridos, enquanto eles passavam o dia trabalhando fora de casa.

Atualmente, como a primeira mulher da família a ingressar no Ensino Superior, consigo enxergar que esses papéis, os quais observei durante a minha infância, estão relacionados à questão de gênero e que durante muitos séculos foi socialmente imposto às mulheres. Eu acredito que, através da educação, com profissionais capacitados que promovam em sala de aula valores como igualdade, equidade, respeito e liberdade entre os indivíduos, independentemente do sexo que nasceram, torne possível que as crianças enxerguem o mar de possibilidades que existe para elas, não se limitando aos estereótipos sociais.

Portanto, problematizamos essa pesquisa da seguinte maneira: Como acontece a ação docente dos/das professores/as que atuam na Educação Básica do município de Guarabira/PB acerca da temática das relações de gênero e qual impacto da discussão para o ensino da educação sexual dos indivíduos quais as implicações dessa discussão para a educação sexual dos sujeitos inseridos no ato educativo? Logo, essa pergunta de pesquisa contribuiu para aprofundarmos as razões do gênero feminino ser socialmente classificado como sexo frágil e como esse rótulo impacta na educação feminina e o cotidiano da mulher, seja na esfera educacional ou na sociedade como um todo.

Nessa perspectiva o objetivo geral foi analisar como os/as professores/as da Educação Básica do município de Guarabira/PB discutem as relações de gênero e quais as implicações dessa discussão para a educação sexual dos sujeitos imbricados no ato educativo. E, os objetivos específicos são: (1) identificar quais os elementos são mobilizados pelas professoras para a

discussão das relações de gênero; (2) compreender/discutir quais entraves são possibilitados para a repercussão das relações patriarcais e da desvalorização feminina na sociedade; e, (3) refletir as implicações da discussão de gênero para a educação sexual dos sujeitos imbricados no ato educativo.

Ao ver as relações de gênero no âmbito educacional e o modo como os docentes atuam em campo, no que diz respeito a educação sexual foi necessário um embasamento teórico sustentado em autores, como: Perrot (1984), Foucault (1985), Bruschini; Barroso (1986), Nunes (1987), Laurentis (1996), Louro (1997), Badinter (1998), Mesquita; Ramos; Santos (2001), Macedo (2002), Duarte (2003), Spitzner (2005), Manoel (2008) e Palhano (2015).

A presente pesquisa assume um caráter qualitativo e foi realizada no âmbito escolar, como estudo de campo. Os seus objetivos são descritivos pois trata-se de uma temática amplamente debatida, tendo como enfoque ofertar um novo olhar sob esta realidade. Logo, tivemos como instrumento de coleta de dados um questionário dispo de 11 questões, o qual foi aplicada a professores/as do Ensino Fundamental I do Município de Guarabira – PB, visando o reconhecimento de como as reproduções de gênero são discutidas dentro do ambiente escolar, os entraves que são possibilitados para a repercussão das relações patriarcais e da desvalorização feminina na sociedade, bem como as implicações da discussão de gênero para a educação sexual dos sujeitos.

Mediante a isso, inicialmente, discutimos sobre gênero, desmistificando a ideia de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres justificam as diferenças de papéis sociais. Em seguida, analisamos o percurso das relações patriarcais que levam à desvalorização da mulher e influência da educação sexual, ainda moralizadora e higienista. Na terceira parte deste trabalho é apresentado a luta das mulheres pelo fim da opressão masculina; e, como consequência, o direito a uma educação igualitária e não diferenciada dos homens. Por conseguinte, discutimos a importância de uma educação sexual livre de concepções preconceituosas e reducionistas e quais são os obstáculos que ainda enfrentamos para atingir este objetivo.

Sob esta ótica, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: fundamentação teórica, metodologia, análise e discussão dos dados e

considerações finais. Enquanto na fundamentação teórica trazemos um aprofundamento acerca do papel da figura feminina ao longo da história, na metodologia destacamos os procedimentos metodológicos realizados ao decorrer da pesquisa de campo, bem como o campo da pesquisa e os sujeitos.

No que se refere à análise e discussão dos dados, trazemos questões referentes a gênero e sexualidade que se fazem presentes no âmbito educacional, buscando verificar como os docentes lidam com tais implicações. E por último, porém não menos importante, tratamos as considerações finais, analisando a realidade envolta da problemática do sistema educacional e atuação docente em relação à questão de gênero e sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como a importância de haver discussões acerca da temática.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO

Para explicar as relações de gênero, é importante compreender o contexto geral em que ocorreram as grandes transformações sociais, principalmente a partir da segunda metade do século XX, seja na política ou na economia, tendo como ênfase a transformação do pensamento sexual humano, em especial na construção social do gênero. A busca da mulher por espaço e igualdade, através dos muitos movimentos feministas ocorridos em várias partes do mundo, perturba a dominação masculina predominante nos últimos séculos, principalmente no ocidente.

Certamente, muito já foi pensado, falado e discutido a respeito do gênero, dos conceitos e significâncias de homem, masculinidade, dominação, e também mulher, feminilidade e inferioridade. Segundo o coordenador do Instituto Brasileiro de Transmasculinidade, gênero é:

[...] uma construção social que permite que a gente exerça um papel na sociedade. Particularmente, considero isso algo muito opressor, que define lugares a partir de posições de poder, quando nenhuma identidade deve ser engessada (PALHANO, 2015, p 01).

A partir disso, várias perguntas são feitas, que são: o gênero é biológico ou construído socialmente? O que realmente vem a ser a construção social do gênero? A palavra “gênero” pode ser utilizada em diversas e diferentes situações nos mais diversos campos do conhecimento humano? A fim de entendermos a compreensão de gênero, essas perguntas podem ser utilizadas para orientar valores e características de gênero no setor humano e nos reinos animal e vegetal. Para as ciências naturais, gênero pode significar: espécie, grupos de coisas, plantas, animais, artigo, matéria, coisas que se usa ou que se consome. Para as ciências humanas e sociais refere-se à elaboração cultural das noções de masculinidade e feminilidade, sendo assim, as conclusões que se chegam pelas diferenças sexuais. Ou seja, em termos simples, é a identidade social relacionada ao sexo de um indivíduo. Perrot levantou questões polêmicas, a saber:

Existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina? E, ainda, existiria uma memória especificamente feminina? (PERROT, 1984, p. 01).

Até poucos anos atrás, os discursos sobre o gênero humano eram mínimos e chegavam até nós de forma racionada e limitada, mas já era debatido no meio acadêmico e nas escolas. No momento atual, observamos uma maior abertura, uma maior amplidão nos grandes debates e até mesmo nas conversas informais. As pessoas estão mais engajadas com essa problemática, fazendo com que o entendimento chegue com mais facilidade e abrangência, sendo este um fator positivo para toda a sociedade que só tem a ganhar.

A categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais.

É notório, na sociedade em que vivemos, observarmos que os rótulos têm uma constância. Ou seja, temos muita facilidade em colocar nomes, os mais diversos possíveis, de acordo com o que vemos, ouvimos ou sentimos, nos seres, nos objetos com os quais vivemos; e, na questão de quem seja o homem, o que pensa, o que é, seu comportamento, sua importância etc.

Por outro lado, também temos a mulher, esse ser humano que até pouco tempo atrás, era tão desconhecida em sua natureza biológica e sentimental, pouco reconhecida dentro de uma sociedade machista e relegada a mera insignificância como pessoa, embora com inegável capacidade de bem produzir.

Ainda hoje, observamos a camada social tida como conservadora, os machistas convictos, que ainda existem aos montes, falarem absurdos, entendimentos equivocados sobre o papel da mulher na sociedade, atribuindo-lhes afazeres que demonstram inferioridade e insignificância, principalmente, quando trata-se da esfera política, que já possui pouca representação feminina, e o presidente do PSL Luciano Bivar refere-se a este fato como mera aptidão, considerado a cota de 30% do fundo eleitoral para mulheres errada. Ele diz, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo ano de 2019 que: “Tem que ir pela vocação. Se os homens preferem mais política do que a mulher, tá certo, paciência, é a vocação”.

Essa inferioridade relegada à mulher traz também uma origem bíblica. Seguindo o pensamento de Boff (2005), o livro da Gênesis, em seu capítulo 1 e versículo 27 da Bíblia Sagrada, relata que Deus criou primeiro o homem e da costela dele criou a mulher. Será que já parte desde o princípio de tudo o questionamento de que a mulher seja inferior ao homem em todas as atividades de rotina do ser humano? Por ter sido a segunda a ser criada e não a primeira? Será que, através dos séculos, o homem colocou na cabeça que é especial em todos os sentidos, por ter Deus lhe dado o privilégio de ter sido criado primeiro com toda pompa e glória?

Dinucci (2015) enxerga o Gênesis bíblico como um manual de moral de fé utilizado pelo cristianismo e outras religiões para desqualificar o gênero feminino, retratando a mulher como uma mera coadjuvante, atuando apenas como uma auxiliadora para suprir a carência masculina, ou como responsável por atrapalhar os planos de Deus.

A construção da masculinidade inclui diversos elementos, iniciando-se desde a infância. Cuschnir (2001) analisa tais elementos como um “código dos meninos”, os mesmos são repassados e aprendidos em ambientes como playgrounds, parquinhos, festinhas, sala de aula, entre outros locais onde meninos devem demonstrar-se heroicos, fortes, estáveis e independentes, sem transparecer quaisquer fio de fraqueza ou sentimento, sempre reprimindo este último em qualquer fase de sua vida. Badinter afirma:

(...) a masculinidade precisa ser construída e conquistada, com intuito de provar que ela não é natural quanto se pretende. A identidade masculina se adquire à custa de grandes sacrifícios, que incluem ritos de passagem, suportando dor e humilhação. A masculinidade se define principalmente através da afirmação da heterossexualidade, da negação do que é propriamente feminino, da homofobia e da dominação sobre as mulheres (BADINTER, 1998, p. 191).

Esse pensamento demonstra o quanto que o machismo exerce pressão não apenas na mulher, mas também na construção do homem, entendido como forte, macho, heterossexual, livre de qualquer característica dita como feminina. Essa concepção da identidade masculina leva a comportamentos de dominação e superioridade com relação à mulher, por muito tempo com o aval da Igreja e da própria Ciência. Charles Darwin, considerado o pai da ciência moderna,

defendia que mulheres jamais seriam tão inteligentes quanto os homens, sendo, portanto, intelectualmente inferiores. Em *A Origem do Homem* (1971) Darwin afirma que “A distinção principal entre os poderes intelectuais dos dois sexos”, sendo assim, “fica demonstrada pela capacidade do homem de atingir, seja qual for o encargo, maior eminência do que a mulher — quer este requeira profundidade de pensamento, razão ou imaginação, ou meramente o uso dos sentidos e das mãos”.

Enquanto no cristianismo houve uma disseminação de um processo antifeminista desde o século XV, sendo a inferioridade feminina retratada pelas Epístolas de São Paulo e pelo relato do Gênesis, com a criação do mito de Eva e a expulsão do paraíso. Já Gênesis mostra que Deus teria criado Eva a partir de Adão, o que determinava, para a Igreja, a submissão da mulher ao homem. Kramer e Sprenger (1984, p. 117) alegam que “[...] a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, conseqüentemente, mais propensa a abjurar-lá fenômeno que conforma a raiz da bruxaria”.

Desde tempos remotos que se verifica a existência de focos nas lutas das mulheres para se defenderem da brutalidade dos homens, e também, para conquistarem mais autonomia e liberdade de ação. Com ações isoladas ou coletivas, foi no século XIX que, de fato, se iniciou a libertação das mulheres, através dos inúmeros movimentos feministas, com ações arrojadas, muitas das quais levadas à sociedade através de publicações em filmes, revistas e livros devidamente autorizados.

As manifestações femininas se acentuaram a partir do início do século XX, em todo mundo, quando as mulheres começaram a despertar para seu direito de votar e ser votada, para os mais diversos cargos em trabalhos que até então eram assumidos apenas pelos homens. Foi um movimento expansionista, que também ficou conhecido por “sufragismo”.

Esse movimento pelo direito ao voto, estendeu-se por várias partes do mundo, tendo como foco maior os países da Europa ocidental (Alemanha, França, Inglaterra, entre outros), variando de intensidade a depender do lugar. Logo, esse movimento foi tido como “a primeira onda do feminismo”. Além do voto, reivindicava outros direitos também urgentes, como questões “[...] ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões” (LOURO, 2003, p. 14). Ou seja, a figura feminina buscava se fazer

cada vez mais presente na sociedade exercendo direitos que até então eram básicos e exclusivos aos homens.

Mas, foi no ano de 1968, no Brasil, que ficou marcado para sempre na memória do povo, principalmente com as muitas e acirradas batalhas travadas pelas mulheres em busca de seus direitos, inclusive, ficando conhecidas como rebeldes, pela insistência em alcançar a vitória. Sobre essa parte da história podemos observar o que escreveu Louro:

Já se tornou lugar comum referir-se ao ano de 1968 como um marco de rebeldia e da contestação. A referência é útil para assinalar, de uma forma muito concreta, a manifestação coletiva da insatisfação e do protesto que já vinham sendo gestados há muito tempo. França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha são locais especialmente notáveis para observarmos intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos expressam sua inconformidade e desencanto com relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento. 1968 deve ser compreendido, no entanto, como uma referência a um processo maior que vinha se constituindo e que continuaria se desdobrando em movimentos específicos e em eventuais solidariedades. (LOURO, 1997. p. 15-16).

Foi assim que nessa conturbada situação social e política que o movimento feminista ganhou força e vitalidade para ressurgir auspicioso. Com certeza, as mulheres conseguiram seu objetivo principal, que era o de mostrar aquilo que até então estava escondido, invisível: Sua força, voz e capacidade intelectual, algo que lhes era reprimido e renegado pela sociedade patriarcal. A partir desse momento, com todo o aparato que foi utilizado para mostrar-se ao mundo, saíram da segregação social e política, voltando a serem sujeitos, inclusive da ciência.

Mesmo assim, desde muito tempo as mulheres já trabalhavam fora de casa. No período medieval, por exemplo, muitas mulheres não aceitavam render-se às imposições masculinas, ainda que por necessidade, muitas demonstravam habilidades para determinadas funções e trabalhos, como o de parteira ou no preparo de medicamentos, entretanto, eram consideradas bruxas. Segundo o historiador Gaskill (2005, p. 93-94) "mulheres atraíam muita desconfiança da Igreja. Quando elas se mostravam habilidosas para lidar com a vida, seja preparando medicamentos ou atuando como parteiras, os bispos iam à loucura".

Também era comum haver muitas camponesas exercendo atividades na agricultura, plantando e colhendo o fruto de seu trabalho, assim como se faziam presentes nas fábricas e oficinas no Período da Revolução Industrial, ajudando a gerar renda e fazendo o dinheiro circular mais rápido por toda a nação. Porém não houve valorização da mão de obra feminina e, neste contexto, a mulher era inserida no mercado de trabalho em situação precária, com a jornada de trabalho chegando a 17h. Segundo Mantoux (1929, p. 435-436.) “[...] Os salários mais baixos eram, como sempre os das mulheres e crianças; por isso preferidas, em detrimento dos homens”.

Sendo assim, havia uma diferença salarial de 60% da mão de obra feminina em relação à masculina. Além disso, é importante frisar que “Não se observava uma proteção na fase de gestação da mulher, ou de amamentação” (PINTO MARTINS, 2008, p. 418). São essas as mulheres, pertencentes a classe trabalhadora em ação, que com o passar dos anos foram ocupando também hospitais, lojas, escritórios, escolas, etc. Embora essas atividades fossem rigidamente controladas por homens, que eram os responsáveis por gerir essas fábricas, assumindo os cargos de lideranças, tanto no comércio, ou seja, no setor capitalista, quanto na política e na ciência.

A diferença biológica que há entre o homem e a mulher é o principal fator que utilizam para justificar a presença e desempenho do homem no trabalho diário, por exemplo, é corriqueiro que mulheres sejam questionadas com quem deixariam o filho caso o mesmo adoecesse. No Brasil, em 2021, a participação de mulheres no mercado de trabalho é cerca de 20% inferior à dos homens, de acordo com os dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além disso, também estão à frente da mulher em questões como a salarial e na ocupação de cargos de liderança ou gerenciamento, embora sejam mais capacitadas, como divulgou o IBGE em levantamento de dados em 2019, afirmando que: “As mulheres são mais instruídas que os homens. Então a menor inserção no mercado de trabalho não se deve à instrução, porque é justamente o contrário”, diz Bruno Mandelli Perez, pesquisador do IBGE.

O pensamento moderno com suas variantes, nos traz uma dicotomia (presença/ausência, teoria/prática, ciência/ideologia, etc), que nos faz lembrar muito bem a dualidade homem/mulher, nos debates inusitados, quando marca a superioridade do homem sobre ela e que desde a infância aprendemos a pensar

desta forma. E, depois de adulto, com o pensamento já entranhado, fica difícil de expulsá-lo de nossas vidas. Percebe-se que o resultado de tal dualidade é, em grande parte, meramente cultural e neste caso, é possível afirmar que as feministas ainda terão muito trabalho para desmistificar pré-conceitos tão profundamente enraizados no imaginário social. Muitos jornais, livros e revistas terão que ser impressos para que possam alcançar a sociedade e esclarecer sobre as diferenças e semelhanças dos gêneros.

Teresa de Lauretis (1996, p. 12) nos lembra que o próprio “significado da diferença sexual” nos é mostrado como se fosse uma oposição (natureza ou cultura, biologia ou socialização), sendo esta, uma maneira de compreensão que está muito próxima da conhecida expressão “anatomia-destino”, que tem como premissa o homem como forma, medida e peso, portanto tudo encontra-se padronizado e em sintonia. Nesse sentido, Lauretis nos diz:

Paradoxalmente, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução. Ao aceitarmos que a construção do gênero é histórica e se faz incessantemente, estamos entendendo que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança. Isso supõe que as identidades de gênero estão continuamente se transformando. Sendo assim, é indispensável admitir que até mesmo as teorias e as práticas feministas – com suas críticas aos discursos sobre gênero e suas propostas de desconstrução – estão construindo gêneros. (LAURETIS, 1994, p. 209).

Sendo assim, é possível afirmar que gênero é algo que se constrói de acordo com as relações interpessoais de cada indivíduo, de acordo com as vivências e os ambientes em que o mesmo está inserido. E ao desconstruir determinadas relações, outras novas estão sendo impostas e conseqüentemente reformuladas ou construídas sob uma diferente perspectiva. Este poder de gênero que há nas mãos do indivíduo em desconstruir para construir é discorrido por Louro, onde ela diz o seguinte:

Aquelas/es que se aproximam de Foucault provavelmente concordam que o poder tem um lugar significativo em seus estudos e que sua "analítica do poder" é inovadora e instigante. Foucault desorganiza as concepções convencionais — que usualmente remetem à centralidade e à posse do poder — e propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, "capilarmente", se constitui por toda a sociedade. Para ele, o poder deveria ser concebido mais como "uma estratégia"; ele não seria, portanto, um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém

se "apropria". Mais preocupado com os efeitos do poder, Foucault diz que seria importante que se percebesse esses efeitos como estando vinculados "a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos. (LOURO, 1997, p. 38).

A centralização e a posse do poder, "desorganizado" por Foucault, demonstra o pensamento novo de uma geração de estudiosos/as da feminilidade que, de certa forma, retira do homem a posse única do poder, distribuindo também com a mulher, fazendo com que as relações fiquem mais igualitárias. É facilmente observado que nessas relações de poder existe uma luta constante e perpétua. Para Foucault, os enfrentamentos são mais constantes onde não existe liberdade. Para ele não existe poder sem liberdade.

Por outro lado, Joan Scott (1988) observa a chamada "diferença/igualdade" como um equívoco ou dilema, ao qual as feministas teriam necessariamente que admitir e se entregar. O dilema mencionado por ela refere-se ao drama enfrentado pelas feministas em relação à luta pela igualdade social, política, econômica, etc. Mesmo assim, os críticos dirão que essa dicotomia será inconciliável, porque as mulheres estão buscando uma das duas, ou seja, a igualdade ou a diferença. Lauretis por sua vez, a esse respeito, defende que:

(...) um quadro de referência feminista que sirva para tudo não existe. Ele tampouco deveria, jamais, ser um pacote pronto para usar. Nós precisamos continuar construindo esse quadro, um quadro absolutamente flexível e reajustável, a partir da própria experiência das mulheres com relação à diferença, a partir de nossa diferença em relação à Mulher e das diferenças entre as mulheres; diferenças que (...) são percebidas como tendo a ver tanto (ou mais) com a raça, a classe ou a etnia quanto com o gênero ou a sexualidade. (LAURETIS, 1986, p. 14).

Nessa parte ela tem razão. Porque realmente não existe um quadro completo e pronto para ser referência para sempre. Isso é meramente uma ilusão de quem pensa de tal modo. Já na diversidade sexual, com a expansão dos movimentos lésbicos, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), em todo o mundo, tem pessoas que fazem questão de dizer que a celebração da identidade gay/lésbica afeta negativamente a família, que a família fica exposta e muito afetada pela crescente exposição na mídia pelos sujeitos homossexuais. E, é claro, a família em questão é conservadora.

Mas Richard Johnson "é taxativo quando diz que eles, os conservadores, estão errados ao apresentar isso como uma ameaça" (1996, p.183). Quem

exatamente é ameaçado? Devemos sempre policiar os limites sexuais e congelar nossas formas de viver? Por que não podemos ver a diversidade sexual como uma fonte de construção de algumas novas possibilidades? Nessa área, percebe-se que a sociedade ainda não entendeu a construção dessa nova visão sexual, dessa diversidade, e como tal deveria aceitar, mas não por imposição, mas através de uma compreensão racional e afetiva. Sendo assim, como defende Lauretis (1986), é importante reconhecer que esse quadro social é algo mutável, portanto, torna-se fundamental que estejamos abertos para construir novos saberes, ajustando de acordo com as necessidades particulares de cada indivíduo, respeitando o passar do tempo e torcendo por novas descobertas nos estudos da Construção Social do Gênero.

3 O PATRIARCALISMO E O INÍCIO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

No que se refere a sexualidade dentro da história da humanidade, pode-se dizer que a mesma é marcada por profundas mudanças, tais quais se dão devido a influência de percepções e ideias que norteiam diferentes concepções, estas vão surgindo de acordo com os diversos contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e religiosos.

Devido a tais pontos, é necessário perceber a sexualidade em sua totalidade histórica e social, de forma que venha a desconstruir qualquer visão fragmentada e/ou descontextualizada que possa surgir sobre o assunto. Por isso, trazemos a constituição da sexualidade, dentro do contexto social, de uma forma ampla, verificando as raízes de tais visões e como a mesma se modificou ao longo do tempo, para posteriormente, apresentarmos os aspectos da sexualidade que se fazem presentes na sociedade atual.

Na atualidade, temos diferentes perspectivas de análise da sexualidade humana, cada qual possui maneiras diversas de observar tal fenômeno, o que implica em diferentes posições a respeito da sexualidade, entendendo que este é um tema complexo e que envolve diversas estruturas sociais.

Os primeiros vestígios da sexualidade humana aparecem, inicialmente, no período Paleolítico. As formas de manifestação são diversas, desde pinturas e gravuras nas cavernas até esculturas contemplando o corpo feminino, principalmente as partes íntimas da mulher. Tais aspectos indicam exaltação à fertilidade, como ressalta Nunes (1987, p. 52) “A representação simbólica desses cultos manifestava-se pela veneração das partes sexuais femininas, mais especificamente a vagina, representada por um triângulo”.

Na maior parte do matriarcalismo primitivo há um culto à fertilidade feminina. Podemos afirmar que no matriarcado primitivo as divindades são concebidas como elementos primevos femininos e variam em características e formas envolvendo a fertilidade. Como consequência a sexualidade, ao se ver envolvida de uma significação mítica, é concebida como sagrada e divina, com o predomínio da função da mulher como apanágio feminino. (NUNES, 1987, p.59).

É possível afirmar que neste período histórico, a sexualidade é marcada por um caráter mítico, onde ocorrem cultos no que diz respeito à fertilidade

feminina. Pode-se constatar que as comunidades eram chefiadas pelas mulheres, ou seja, a elas eram atribuídas e executadas as atividades, que visava a sobrevivência dos membros do clã, por isso este período é denominado de matriarcalismo.

De acordo com Spitzner (2005) ato sexual e a sexualidade neste período são compreendidos com naturalidade por aqueles indivíduos que pertencem ao clã. O ato sexual vem a ser entendido, tanto para a mulher quanto para o homem, como um meio cujo objetivo é unicamente a satisfação física de ambos. É possível notar, portanto, a semelhança com os animais, nos quais praticam o ato sexual voltado para a satisfação e a procriação. Sendo assim, a partir de tal afirmação, pode-se afirmar que neste período não é dado um valor considerável à questão emocional e pessoal daqueles envolvidos na relação sexual.

Devido a ideia de comodidade e segurança que a vida na caverna gerava, ao fim do período paleolítico, um outro aspecto é notado, como aponta Spitzner (2005, p. 19):

A segurança e a estabilidade provocadas pela vida em cavernas influenciaram a estrutura interna da tribo. As condições de frio eram adequadas a caças maiores, sendo necessário um empreendimento em cooperação, surgindo daí as negociações entre as tribos. Esse contato intertribal colocou um ponto final em todos os relacionamentos incestuosos, pois a união sempre dentro de um grupo social tornava inevitável a consangüinidade, onde o incesto surgia como o primeiro tabu da humanidade.

Podemos afirmar, portanto, que devido às circunstâncias e o ambiente, tornou-se propício que houvesse uma troca de interações entre as tribos vizinhas, promovendo contato com grupos diferentes. Neste sentido, tornou-se possível que houvesse relações sexuais entre homens e mulheres que não compartilhavam quaisquer parentesco.

Este momento possui muita significância quando discorreremos a respeito da sexualidade, tendo em vista que ao analisar a origem da união conjugal, é possível verificar o início do grupo social e compreender a razão pela qual o incesto é socialmente mal visto, uma vez que fere os padrões da base social, compreendida como a família.

Decorrente a isto, nota-se que esta forma de poder matriarcal sofre alterações no período neolítico, pois de acordo com Nunes (1987, p.60), a função do homem passa a ser de pai ou chefe, e isso se dá por consequência ao domínio dos meios de produção. Tendo, então, tal poder centralizado na figura masculina, se sucede a formação de exércitos que visam defender as propriedades de terra, recentemente delimitadas, após a sedentarização dos indivíduos, além disso, formam-se o poder real e a religião.

Segundo Spitzner (2005, p.20), “a mulher neste período é entendida como propriedade do homem, semelhante aos animais que o mesmo possuía”. Devido ao fato de a estrutura social ser monógama, ou seja, o indivíduo possuía apenas um único parceiro sexual, a taxa de natalidade obteve um aumento considerável, o que acabou por favorecer a mão de obra para o trabalho lavoura. Ao fim deste período, a população local atingiu uma notória qualidade de vida. Logo após este período, com a formação do povo Hebreu, a visão a respeito da sexualidade se modificou:

Os hebreus destinavam o sexo à procriação dos filhos, que era uma tarefa destinada por Deus. Feliz o homem cuja família era numerosa. Era sábio ter filhos, logo, a relação sexual tornava-se bem vista. O aborto era crime, pois evitando-se que um filho homem fosse trazido ao mundo, estaria sendo negado ao pai, o direito de sobreviver através do filho (SPITZNER, 2005, p. 21).

A linhagem familiar era algo considerado extremamente importante para os Hebreus, sendo o que garantia a existência do povo. Por consequência de tais valores, quando nascia um filho homem, o mesmo era exaltado, enquanto o nascimento de uma filha mulher era motivo de discriminação, pois para o povo Hebreu as mulheres geravam para o seus pais prejuízos devido a cultura dos dotes, onde seus pais precisariam pagar aos maridos de suas filhas quando as mesmas se casassem. Através das diversas transformações que ocorrem em relação ao processo civilizador, a forma de compreender a sexualidade é modificada. A alternância de papéis leva a sociedade a produzir uma visão acerca da sexualidade, como forma de comedir e impor a população às normas e aos costumes construídos.

Essa questão de como a sexualidade é vista e retratada também é presente dentre os gregos, tornando-se nítido que há um forte modelo patriarcal predominante nesta cultura, como é possível observar na citação a seguir:

A sexualidade está em sua cultura misturada com seus deuses, sua religião e seus conhecimentos. [...] a sexualidade grega envolvia a submissão da mulher, a exclusividade dos homens nos jogos e nas festas, na vida militar e administrativa (NUNES, 1987, p. 70).

É possível perceber que ocorreram grandes e expressivas mudanças ao decorrer do tempo, tendo em vista que inicialmente, dentro do período paleolítico, a sexualidade era tida como algo mítico, onde a exaltação pela figura feminina e sua fertilidade se fazia presente, havendo cultos em prol de sua imagem e do que a mesma representava, entretanto na cultura grega, onde o patriarcalismo predomina, há uma desvalorização da mulher e a sexualidade surge com um caráter religioso. Enquanto para a expressão da sexualidade masculina, não há repressão ou limitação, ou seja, os homens possuíam liberdade dentro e fora do leito matrimonial, podendo manter relações com mulheres que não eram suas esposas e também homens. Todavia, a mulher seguia como uma posse, pertencendo ao marido e estava proibida de ter outras relações sexuais, mas o marido era livre e senhor de sua conduta, não havia sanções sociais que o impedissem de ter outras relações hetero ou homossexuais fora da sua casa (NUNES, 1987, p. 71).

Neste período, a mulher é entendida como propriedade do senhor, semelhante a qualquer outro bem que o mesmo possuía. É interessante destacar que a mulher não possuía voz, nem vez, era totalmente submissa à vontade do marido, ou de seu pai. Com o decorrer do tempo e a transformação da humanidade, a visão sobre a sexualidade também é modificada. Compreende-se que no período da Idade Média os ideais defendidos pela igreja predominavam, determinando regras a serem cumpridas, neste sentido, a sociedade de forma geral é induzida a enxergar a sexualidade através da ideologia que a igreja prega. Esta, por sua vez, compreende a sexualidade como pecado, pois possui uma visão limitada e encoberta por um moralismo religioso (NUNES, 1987).

Um outro aspecto que é exposto, que exhibe um viés repressor, é o modo como pessoas que expressavam a sua sexualidade eram penalizadas. Nunes (1987) relata que havia punições severas voltadas aos indivíduos quando os mesmos eram flagrados em pecado, podendo ter suas partes íntimas queimadas ou serem enforcados. É possível notar esta afirmação ao analisar os escritos de alguns pensadores da igreja católica, os quais comprovam a veracidade e a rigidez exercida durante a idade média, em relação à sexualidade. Segundo Nunes:

Nos ensinamentos dos Santos Padres da Igreja começa a tomar corpo uma moral sexual rígida e profundamente negativa, com características de exaltação da continência do celibato e repulsão de todo sexo, submissão da mulher e do corpo (NUNES, 1987, p. 82).

Santo Agostinho também discorre em relação ao sexo, compreendendo o mesmo como algo que possui um único propósito: a procriação. De acordo com Nunes (1987), Santo Agostinho era totalmente contra todo e qualquer tipo de expressão sexual, determinando que o ato sexual deveria limitar-se ao objetivo de procriar, condenando, inclusive, formas de anticoncepção do ato ainda que fossem realizadas dentro do matrimônio.

Apesar da contemporaneidade ter criado iniciativas a favor da Educação Sexual, e buscar melhor compreender a sexualidade dentro da sociedade, muito ainda tem de ser feito, pois uma sociedade que não provoca em seus adolescentes a capacidade de conhecer, respeitar e humanizar seu corpo não é digna de ser nomeada evoluída.

Durante anos foram encontradas diversas formas de sexualidade envolvidas em valores e preconceitos de cada época, cultura e sociedade. Nos últimos três séculos se criou um tabu em torno do sexo, pelo fato do assunto ser tão exageradamente abordado de forma ruim, sendo algo proibido de falar, pensar e agir.

Os únicos locais que se poderia tocar no assunto seriam as escolas. De acordo com Moura (2010), a partir do século XVIII, as escolas multiplicam-se, aperfeiçoam-se e surgem como um dispositivo de poder a cargo de disciplinar o corpo e o sexo do homem e da mulher.

Os pedagogos e os médicos combateram, realmente, as crianças como uma epidemia a ser extinta. De fato, ao longo desta campanha secular, que mobilizou o mundo adulto em torno do sexo das crianças, tratou-se de apoiá-la nesses prazeres tênues, de constituí-los em segredos (...); em todo canto onde houvesse o risco de se manifestarem, foram instalados dispositivos de vigilância, estabelecidas armadilhas para forçar confissões, impostos discursivos inesgotáveis e corretivos; foram alertados os pais e educadores, sendo entre eles semeada a suspeita de que todas as crianças eram culpadas e o medo de que eles próprios viriam a ser considerados culpados caso não desconfiassem suficientemente: tiveram de permanecer vigilantes diante desse perigo recorrente, foi prescrita a sua conduta e recodificada a pedagogia; e implantadas sobre o espaço familiar as bases de todo um regime médico-sexual. (FOUCAULT, 2008, p. 71).

Com o tempo esse pensamento veio envolvendo não apenas os médicos, como também os pais, o medo das crianças serem influenciadas pelos adultos, afinal as crianças eram o futuro do país. Nesta ocasião, o intelectual Fernando de Azevedo já vinha a público, em uma sociedade conservadora no ano de 1922, destacar a importância do ensino da matéria para o “interesse moral e higiênico do indivíduo” e para o “interesse da raça” (MARQUES, 1994, p. 17). Ou seja, ainda que com um caráter higienista, o sexo e as práticas sexuais já deixavam de ser um tabu desde o século XX, havendo um interesse da educação nacional pela educação sexual como objeto de ensino nas instituições brasileiras.

Sendo assim, o “sexo bem educado” surge neste cenário como parte indispensável do processo de escolarização, ainda que este não tenha sido abordado sob a rubrica de uma disciplina específica, pois a regulação do sexo de crianças e jovens nas escolas foi uma tônica na conformação da pedagogia moderna (COSTA, 1983).

Em 1984 Michel Foucault realizou e publicou uma obra chamada História da sexualidade, onde ele tomou a sexualidade como função de controle de indivíduos das populações. Para Foucault:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2008, p. 120).

O autor retratou que o sexo e as práticas sexuais eram como um dispositivo da sexualidade, relacionando este ato e o que esteve envolto ao mesmo como jogo, sendo sobretudo uma rede estabelecida de saber-poder atuando sobre os corpos e populações ao produzir modos de vida.

A sexualidade é algo amplo, que envolve diferentes fatores sociais e emocionais, e se estabelece por meio das relações com o ambiente e com o outro, se transformando em algo particular e único em cada indivíduo. Sobre tal conceito esclarece Figueiró:

Compreendendo que sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Inclui, também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual. (FIGUEIRÓ, 2006, p. 2)

Os primeiros trabalhos desse gênero se deram no início deste século, mais especificamente, nas décadas de 20 e 30. Também a partir desse mesmo período, se podem encontrar registros de manifestações que apontam diretamente para a necessidade de programas de Educação Sexual (BARROSO, BRUSCHINI, 1982; ROSEMBERG, 1985; WEREBE, 1978). Ou seja, programas voltados para propiciar informações e conhecimentos relacionados à sexualidade, visando que os indivíduos mantenham-se esclarecidos e saudáveis mental e fisicamente.

A defesa da Educação Sexual nesta época contou com a participação de muitos educadores, além de médicos, porém os mesmos tinham como objetivo aumentar o conhecimento das mulheres e melhorar sua saúde. As motivações eram as mesmas que fundamentam a ampliação das oportunidades educacionais para a mulher e, em ambos os casos, não estava havendo quaisquer preocupação com a reestruturação dos papéis sexuais. Ainda mais:

Muitos educadores, além de médicos, participaram nessa época, da defesa da Educação Sexual na escola, porém motivados pelo interesse de aumentar o conhecimento das mulheres e melhorar sua saúde. Os objetivos eram os mesmos que fundamentam o aumento das oportunidades educacionais para a mulher e, em nenhum desses casos, estava havendo a preocupação com a reestruturação dos papéis sexuais. Ainda mais:

Médicos e educadores em um número considerável manifestavam-se a favor da educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução da espécie". (BRUSCHINI; BARROSO, 1986, p. 32).

Ou seja, percebemos que por trás desses avanços e a suposta quebra de tabus sociais ao inserir a educação sexual nas escolas, ainda há todo um caráter religioso por trás das ações e pensamentos de representantes do campo intelectual e da saúde.

4 O EMPODERAMENTO FEMININO

Em tempos remotos muitas foram as lutas para que as mulheres pudessem gozar de alguns direitos que não as privilegiava no decorrer dos séculos XIX e XX, como o direito a escolaridade, o voto, trabalhar fora do ambiente doméstico, até mesmo ocupar posições direcionadas ao sexo masculino. Apesar de muitas conquistas, ainda estamos longe de possuir a equidade almejada.

É inegável que a trajetória do feminismo contribuiu para que hoje pudéssemos chegar a horizontes jamais pensados pela sociedade. Atualmente, as mulheres ocupam cargos antes destinados aos homens, possuem sua independência financeira, escolhem se desejam o casamento, se querem ou não ter filhos, tudo isso graças à persistência e o empoderamento feminino, que mesmo tendo a presença do machismo em seu cotidiano continuam buscando o reconhecimento da sociedade se tratando da igualdade de gênero, quanto à equivalência social.

O direito à educação, hoje adquirido quase maciçamente pela população mundial, esteve durante muito tempo com um acesso limitado a homens brancos e bem nascidos, tendo este passe livre para frequentar escolas e construir carreiras. De início, as escolas foram constituídas por padres Jesuítas. “A interface entre o desenvolvimento da Colônia e a instalação da educação católica no Brasil é desde cedo estabelecida” (GOMES; CAPANEMA; CÂMARA, 200 p. 21). Neste período, tais escolas visavam educar exclusivamente o público masculino, oferecendo uma educação a elite culta e religiosa. Mas, se questionado o porquê da proibição das mulheres ao acesso do saber teremos o cristianismo como um dos opositores à educação aos indivíduos do sexo feminino.

No decurso da história julgou-se que o saber era contrário à feminilidade, sendo considerado algo sagrado. Sob esta ótica, o conhecimento era considerado o apanágio de Deus e do homem, seu único representante sobre a terra. Desta forma, a imagem da mulher foi associada ao ambiente do lar e familiar, onde deveria concentrar suas atividades. O silêncio e a invisibilidade feminina era algo socialmente valorizado e sua participação neste contexto era limitada, pois sua presença provocava desconforto e desconfiança nas pessoas.

De acordo com Araújo (2010), reiterava-se como algo ideal, que havia, em toda sua vida, apenas três momentos que a mulher deveria sair de casa: para se batizar, se casar e ser enterrada.

Segundo Macedo (2002), Eva não havia sido feita segundo a imagem e semelhança de Deus, tendo sido Adão o agraciado. Desta forma, foi julgada como uma simples projeção da criação divina, tornando-se depreciada em relação ao homem, tal qual tinha sua imagem elevada pois era considerada divina. Sendo assim, considerava-se como comprovação a “superioridade natural” do sexo masculino. Segundo a crença, “O homem deveria ser governado apenas pela sabedoria divina”. A mulher, ao contrário, deveria ser governada pelo homem, tal qual o corpo pela alma, a razão viril dominando a parte animal do ser” (MACEDO, 2002, p. 66-67).

[...] as mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor; porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja. Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos (EFÉSIOS 5: 22-24).

Tanto a Igreja e a família possuíram notória responsabilidade em relação a determinar o comportamento feminino, utilizando como justificativa de que o sexo feminino era inferior, logo, era papel do homem, sexo superior, dominar e exercer a sua autoridade. A bíblia, em uma de suas passagens, relata que: Eva, então companheira de Adão, o fez pecar fazendo-o provar do succulento fruto proibido, ou seja, sua curiosidade fez dela e seu companheiro pecadores, assim como, as próximas gerações. A partir deste pressuposto, as mulheres foram punidas e carregavam o estigma de serem “bisbilhoteiras”, na qual o pouco que soubessem poderia destruir a vida de um homem, sendo assim, sem direito ao saber. Perrot relata:

O saber é contrário à feminilidade. Como é sagrado, o saber é apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber; sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso. (PERROT, 2013, p. 91).

Talvez fosse um escândalo para os homens saber que suas mulheres soubessem mais do que eles mesmos, pois em séculos passados jamais seria cogitado que mulheres fossem capazes de segurar livros em suas delicadas

mãos, adquirindo o saber que antes era privado. A verdade é que os homens tinham receio de que a instrução feminina fizesse com que se portassem de forma contrária ao que era imposto, mudando seu comportamento, podendo lhe trazer a rebeldia, aflorar os pensamentos, questionamentos e suas respostas, logo o pudor e a submissão, que por elas deveriam ser mantidos, seriam destruídos pela razão e sabedoria.

Contudo, as coisas não permaneceram desta forma para sempre. De acordo com Perrot (2013), na Europa, a escolarização das meninas no ensino primário e secundário ocorreu entre os anos de 1880-1990, já nas universidades incidiu entre as duas grandes guerras, precisamente a partir de 1950. Segundo a autora (2013, p. 95) os “efeitos da modernidade, provavelmente: os homens desejam ter companheiras inteligentes”, no qual “os Estados almejam mulheres instruídas para a educação básica das crianças”. Enquanto no Brasil, segundo Duarte (2003, p. 152), no início do século XIX, “as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural”¹.

Não muito diferente dos outros países, que mesmo dando maior abertura para a instrução feminina, continuavam com o pensamento de que suas fragilidades deveriam ser resguardadas e mantidas sob o modelo patriarcal. Modelo esse, no qual a mulher permanece em constante submissão masculina e enclausurada em seu habitat natural, o doméstico. Ou seja, “pela clausura doméstica, afastamento do mundo” (MANOEL, 2008, p. 24).

Após muito tempo tendo a sua imagem resguardada dentro de casa e com um acesso a educação restrito às jovens bem afortunadas, as mulheres obtiveram sua primeira conquista de frequentar uma escola pública em 1827. Antes, os ensinamentos a elas repassados eram voltados para regras de etiquetas e necessidades domésticas.

A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado. (DUARTE, 2003, p. 100).

¹ De acordo com Perrot (2013), com a Reforma protestante a leitura da Bíblia passou a ser uma obrigação de ambos os sexos, um aspecto muito importante que culminou na instrução das meninas.

Nesse contexto social, percebemos que os primeiros movimentos feministas que se formavam no Brasil surgiam através das mulheres da alta sociedade. Nomes como o de Nísia Floresta, que defendia que “o progresso ou o atraso de uma sociedade deve ser avaliado pela importância atribuída às mulheres, como também inúmeros filósofos e pensadores, o que vem reiterar seu constante diálogo com o pensamento mais avançado de seu tempo” (LIMA, 2019, p, 30) e o de Joana Manso, escritora, jornalista e responsável por dirigir o *Jornal das Senhoras*, ganham destaque no cenário nacional. Ambas são consideradas pioneiras e protagonistas no movimento feminista no Brasil. A respeito do assunto, Lima nos recorda:

O editorial do primeiro número expunha o firme propósito de incentivar as mulheres a se ilustrarem e a buscarem o melhoramento social e emancipação moral, Joana acreditava na inteligência feminina e queria convencer a todos que “Deus deu à mulher uma alma e a fez igual ao homem e sua companheira” (PAULA, apud LIMA, 2019, p. 30). Para ela, a elite não podia ficar isolada “quando o mundo inteiro marcha em progresso” e “tende ao aperfeiçoamento moral e material da sociedade” (PAULA, apud LIMA, 2019, p. 30). Assim como Nísia Floresta, Joana Paula Manso também acusava os homens de egoísmo por considerarem suas mulheres apenas como ‘crianças mimadas’, ou ‘sua propriedade’, ou ainda ‘bonecas’ disponíveis para o prazer masculino. (LIMA, 2019, p. 30-31)

A movimentação de mulheres organizadas se inicia no século XX, que pedem o direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois elas queriam trabalhar no comércio, nos hospitais, nas indústrias, não ser apenas professoras. Bertha Lutz (1894-1976), formada em Biologia pela Sorbonne, se torna uma líder na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre os homens e as mulheres no país.

Por anos Bertha foi implacável nos discursos, nas audiências que contavam com a presença de parlamentares, e na redação de textos inflamados, como o que publicou na *Revista da semana*, em 1918, denunciando a opressão das mulheres e propondo a criação de uma associação para “canalizar todos os esforços isolados” (LUTZ, 1918). Com apoio de outras mulheres fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que obteve grande êxito, se estendendo em praticamente todos os Estados do país e durou quase cinquenta anos.

Na medida que a revolução sexual era inserida à vida cotidiana, as bandeiras defendidas pelas feministas padeciam com a acomodação da militância e o esfriamento de uma história que começava a ser escrita. Em tempos de globalização, onde os saberes construídos podem dissipar-se e perder-se rapidamente entre os dedos dos indivíduos, além de possuir um caráter mutável, feministas continuam comparando novidades do exterior com os acontecimentos locais, divididas entre os interesses que as comunidades acadêmicas fornecem, deixando assim com que o feminismo perca seu espaço nos holofotes, se esvaindo em meios a outros estudos culturais, como o da comunidade LGBT.

Apesar dos avanços alcançados e das conquistas em diversas esferas sociais, nichos patriarcais seguem resistindo e impactando na vida das mulheres. Basta recordar do salário inferior, da desigualdade entre o número de mulheres e homens em assembleias e em cargos de direção e da violência física e psicológica que segue sendo praticada contra mulheres. Gibson e Graham (1996 p. 28) afirmam “[...] que o capitalismo é uma arquitetura ou estrutura de poder que é conferida pela propriedade e pelo controle diretivo ou financeiro”, neste sentido, podemos ressaltar a importância do gênero feminino resistir através do trabalho, pois, a mulher que não possui sua independência está propensa a ficar à mercê de terceiros. É fundamental que tenhamos um momento de reflexão para que seja possível amadurecer ideias e dar continuidade a luta pelo direito feminino, promovendo um discurso de resistência em respeito a uma nova mulher: aquela que é persistente, forte e independente. Cada mulher é aquilo que ela faz de si própria, assegura Giddens (1991)².

² A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi fundada em 9 de agosto de 1922, no Rio de Janeiro, sob a denominação Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino, conforme registro efetuado junto ao 1º Ofício de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, datado de 25 de agosto do referido ano.

5 A IMPORTÂNCIA DA DISCUSSÃO DE GÊNERO PARA A EDUCAÇÃO

Quando pensamos em escola, pensamos na função social que ela desempenha. Tendo em vista que este ambiente se propõe a preparar o indivíduo, no papel de aluno, para inseri-lo socialmente, unificando o saber com as vivências que o mesmo possui. Tal como a igreja e a família, a escola exerce grande relevância na formação do indivíduo por ser um lugar que possibilita a socialização e interação entre diferentes sujeitos em sociedade.

É comum, na educação tradicional, observarmos distinções entre os gêneros nas mais banais situações. Como, por exemplo, na organização de filas, em grupos para atividades e brincadeiras, havendo nitidamente um padrão estabelecido. Ao aplicar tal metodologia no ambiente escolar, a escola está promovendo a diferenciação entre meninos e meninas, o que é extremamente problemático, pois ao classificar e segregar os alunos de acordo com o seu gênero estamos normalizando a relação de desigualdade que há socialmente entre homens e mulheres em um espaço onde o indivíduo está em processo de construção de seus valores e conscientização. Em relação a aplicação de tais ações no cotidiano escolar e o impacto social que as mesmas possuem na relação entre gêneros, Louro fala:

[...] essas concepções foram e são aprendidas e interiorizadas; tornam-se quase “naturais” (ainda que sejam fatos culturais”). A escola é parte importante desse processo. Tal “naturalidade” fortemente construída nos impeça denotar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentem, circulem e se agrupem de formas distintas. Observamos, então que eles parecem “precisar” de mais espaço do que elas, parecem preferir “naturalmente” as atividades do ar livre. Registramos a tendência nos meninos de “invadir” os espaços das meninas, de interromper suas brincadeiras. E, usualmente, consideramos tudo isso de algum modo inscrito na “ordem das coisas”. (LOURO, 1999, p. 60).

Ou seja, ainda que essas relações sociais sejam uma construção histórica e cultural, a sociedade em que estamos inseridos, onde há uma ideologia patriarcal predominante, perpetua papéis que são considerados ideais para meninos e meninas. De tal modo, gera-se um comodismo entre os indivíduos,

uma inércia, pois consideram algo natural, afinal, “sempre foi de tal forma”, logo, é inalterável.

Seguindo as ideias de Louro (1999) enxergamos a escola como um local que exerce a função de transmitir conhecimentos, produzindo formadores de opinião. Nesse papel, a mesma vem fortalecendo os padrões de desigualdade que há na sociedade em relação a homens e mulheres, corroborando e perpetuando com a opressão e segregação existente há muito tempo na história com o gênero feminino. Entretanto, tendo em vista que estamos em constante construção de saberes e que a história é suscetível às mudanças, a escola juntamente com o corpo docente que a compõe, possui o dever de resistir e se posicionar contra padrões preconceituosos, sejam eles quais forem.

É possível notar que há uma naturalização em relação às formas de preconceito, nas quais as ideias conservadoras são repassadas de geração para geração, promovendo uma reprodução de comportamentos moralistas e discriminatórios. Neste sentido, podemos dizer que:

[...] homens e mulheres só podem conviver em sociedade, a discriminação sempre ocorrerá em relação ao outro, portanto, a discriminação é fruto das relações sociais que estabelecemos através da reprodução de desvalores que, por vezes, incorporamos acriticamente no nosso cotidiano. [...] através de brincadeiras, piadas e gozações aspectos do jeito de ser e viver dos indivíduos, colocando-os em situação vexatória. (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 83).

Sendo assim, é preciso que haja uma conscientização do impacto que tais ações causam nos indivíduos e do poder que a escola, no papel de um ambiente democrático, possui. É importante que os que fazem parte desse espaço reflitam de forma crítica a respeito das ações que fazem parte do cotidiano deles, conscientizando-se que há diferentes pessoas vivendo de diversas formas, não havendo um único padrão considerado correto para determinar os comportamentos dos indivíduos. De tal modo, podemos concluir que:

[...] todos os preconceitos se caracterizam por uma tomada de posição moral, já que, como vimos, são ao mesmo tempo falsos juízos de valor. [...] porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, consequentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo. [...] mas o próprio preconceito é, em maior ou menor medida, objeto da alternativa. Por mais difundido e universal que seja um preconceito, sempre depende de uma escolha relativamente

livre o fato de que alguém se aproprie ou não dele. (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p. 85).

É necessário que haja a desnaturalização de tais comportamentos preconceituosos e discriminatórios, de modo que todos sejam respeitados e livres para viver exercendo toda a sua potencialidade. A escola possui a capacidade de conscientizar o seu alunado, promovendo respeito e igualdade nas relações sociais. É através do ambiente escolar que é possível alcançar a raiz do problema, para assim dar início a um longo processo de mudanças.

O PNE (Plano Nacional de Educação), documento utilizado para determinar as bases da educação brasileira juntamente com as metas e estratégias da política educacional, atua com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996, promovendo a união de estados e municípios para a criação de metas a serem realizadas no espaço de tempo de 10 anos. A questão de gênero é uma que se faz presente nas pautas de discussão há um longo tempo, sofrendo represálias e boicote daqueles que fazem parte da bancada evangélica sob o argumento de que o objetivo da discussão é “promover ideologia de gênero”, indo contra o modelo tradicional de família, do homem e da mulher.

No ano de 2014, o PNE apresentou um documento no Congresso Nacional que apresentava como meta a “superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual”, sendo fortemente boicotado pelos membros conservadores. Sendo assim, uma outra proposta surgiu e nesta, o PNE aprovado colocou sob responsabilidade dos estados e municípios a escolha de inserir em seus respectivos planos a discussão de gênero e de orientação sexual.

A partir disso, diversos projetos de leis municipais foram surgindo defendendo a proibição da discussão de gênero e sexualidade no ambiente escolar. É possível citar como exemplo o município de Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte, onde o vereador Nacizio Silva (Partido Trabalhista Nacional - PTN) foi responsável pela criação do projeto de Lei Ordinária do Legislativo (PLOL) nº 118/2015 que dispõe em seu texto inicial “sobre a proibição da introdução da “ideologia de gênero”, que substitui a expressão sexo por gênero, no Plano Municipal de Educação (PME) e na grade curricular

de ensino na sala de aula.” No ano de 2015 o projeto foi votado e aprovado de forma unânime na Câmara Municipal de Mossoró. Após isso, diversos movimentos sociais foram realizados, juntamente com a participação de educadores e demais membros do campo educacional, visando dialogar e aproximar a sociedade dos debates relacionados à questão de gênero e sexualidade. Entretanto, mesmo com o apelo social, o projeto não foi vetado pelo município em questão. Em relação a isso, nota-se que:

O Congresso Nacional e o Senado, bem como a Câmara Municipal dos Vereadores de Mossoró/RN tiveram visões tendenciosas e distorcidas do que se tinha proposto no PNE 2014-2024, a respeito das discussões em torno da identidade de gênero e orientação sexual. O PNE, ao pontuar essas temáticas, trazia como objetivo principal ampliar o conhecimento sobre estes temas com o intuito de combater a evasão escolar de forma geral, e enfrentar as diversas formas de discriminações ocorridas no ambiente escolar, de forma específica. (AZEVEDO; PAIVA; COSTA, 2015, p. 06).

Ao censurar debates tão importantes e presentes na sociedade sob uma argumentação conservadora de visão limitada, o machismo e o patriarcado são fortalecidos, logo, promovem a continuação de uma educação que poda e segrega seus alunos de forma discriminatória e causa enormes impactos e consequências sociais, como fala Junqueira (2009, p. 15):

“A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado”.

Diante disto, é possível afirmar que é necessário prosseguir em uma luta coletiva e promover a construção de alternativas em visem conceber uma nova sociedade sem quaisquer preconceitos, opressão e discriminação e a educação é o único caminho para se alcançar isto, pois a escola além de possibilitar a construção de um senso crítico, ela também pode acolher e promover o respeito às diferenças, além de ser um ambiente que atua no processo de socialização humana desde tenra idade.

6 METODOLOGIA

A pesquisa é um importante instrumento para a construção e disseminação de conhecimento, exercendo um relevante papel no contexto social, pois possibilita refletir a respeito de diversos cenários presentes na sociedade. A mesma observa fenômenos, analisa problemas e incentiva a busca por respostas aos questionamentos levantados. De acordo com Gil (2002, p. 17):

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Assim, com o propósito de organizar os passos trilhados para a realização da presente monografia, a metodologia (do Latim METHODUS, maneira de ir ou de ensinar, do Grego METHODOS, “investigação científica”) visa realizar um panorama sobre a pesquisa que abordamos, tal como o tipo de investigação utilizada, a coleta e o tratamento de dados, pois segundo Deslandes, Gomes e Minayo (1994), a teoria e a metodologia caminham juntas.

Logo, a presente pesquisa possuiu caráter qualitativo, pois esta abordagem possibilitou a realização de um estudo de campo, como nos propusemos, analisando fenômenos, seres humanos e suas relações sociais nos mais variados ambientes. A visita a campo proporcionou uma experiência, na qual foi possível aplicar um questionário de modo que as respostas fornecidas auxiliaram na obtenção de uma resposta satisfatória para a pergunta norteadora, atingindo, conseqüentemente, o objetivo geral do estudo.

Assim, este trabalho teve como finalidade a realização de um estudo com o objetivo de analisar como os/as professores/as da Educação Básica do município de Guarabira/PB discutem as relações de gênero e quais as implicações dessa discussão para a educação sexual dos sujeitos imbricados no ato educativo. Os objetivos do presente estudo se configuram como descritivo exploratório, considerando que, de acordo com Gil (1996), possibilita uma maior proximidade com a questão. Neste sentido, a presente metodologia envolveu

entrevistas com pessoas diretamente ligadas com a questão de gênero na Educação Básica.

Sendo assim, nesta perspectiva foi realizado um questionário com os/as docentes, com 11 perguntas claras e objetivas, que visam explorar suas experiências dentro do ambiente de ensino, dando também um breve enfoque em vivências pessoais relacionadas ao tema discutido na pesquisa. O processo descritivo nos auxiliou na descrição e na identificação das semelhanças entre o problema pesquisado e as respostas oferecidas pelos profissionais, tendo como foco o aprofundamento das discussões sobre o tema.

6.1 Campo de pesquisa

O presente estudo foi realizado na cidade de Guarabira, no município da Paraíba, e o local escolhido como campo foram duas instituições, sendo uma da rede pública e outra privada.

A instituição pública, chamada de Centro Educacional Mauro Freitas (Nome fictício) abrange a Educação Infantil e Ensino Fundamental I, dispondo em sua estrutura física de: 01 estacionamento, 01 auditório, 01 cozinha, 03 banheiros, 06 salas, 14 funcionários/as e 172 alunos/as. Essa instituição funciona no turno matutino e vespertino. No turno da manhã, atuam os/as docentes da Educação Infantil, enquanto no turno da tarde, se fazem presentes as professoras e professor do Ensino Fundamental I.

Enquanto a instituição privada, a qual chamaremos de Rede Dultra Educacional, também atua com a Educação Infantil e Ensino Fundamental I, sendo está com turmas de ambas as modalidades nos dois turnos. O quadro de funcionários da instituição dispõe de: 07 docentes, 02 auxiliares, 01 porteiro, 01 auxiliar de serviços gerais, 07 salas, 04 banheiros, 01 cantina, 01 pátio e 143 alunos. A escolha de ambas as instituições, localizadas em bairros diferentes, se deu devido ambas as instituições oferecerem a modalidade de ensino que tivemos como alvo de análise, além de haver interesse em observar o contraste que há na rede pública e na rede privada de ensino. Apesar de já conhecê-las, pois também resido na cidade de Guarabira, priorizei que não houvesse qualquer vínculo prévio, para que o presente estudo se desse da forma mais imparcial possível.

Após pesquisar e escolher ambas as instituições, me direcionei a elas no dia 07 de junho de 2022, no período da manhã, para conversar com a direção/gestão responsável por ambas e solicitar a autorização da realização da pesquisa. Tendo obtido o aval da gestora da escola da rede privada e diretora adjunta da instituição pública, que são duas mulheres com nível superior em Pedagogia e Letras Português, foi-me recomendado por ambas retornar novamente no período da tarde pois seria o horário onde todos os docentes do Ensino Fundamental I estariam presentes.

Sendo assim, na tarde do dia 07 de junho de 2022 retornei às instituições e segui para conversar com o corpo docente para realizar o convite e entrega do questionário, tendo sido aceito por todos os 10 docentes que atuam no Ensino Fundamental I de ambas as escolas.

6.2 Colaboradores da pesquisa

Os/as docentes que atuam no Ensino Fundamental I foram os convidados para a realização da pesquisa, sendo 4 mulheres e 1 homem que atuam na instituição da rede pública de ensino, enquanto da rede privada houveram a participação de 5 professoras, sendo todas elas do sexo feminino.

Os/as entrevistados/as, após concordarem livremente em participar da pesquisa realizando o questionário, optaram por manter suas respectivas identidades sob sigilo. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 77) “as identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigador recolhe não possa causar-lhe qualquer tipo de transtorno ou prejuízo”.

Sendo assim, em respeito aos princípios éticos e morais, iremos criar nomes fictícios para nos referir aos entrevistados. Chamaremos as professoras e o professor que exercem atividade na rede pública de Dilma, Marta, Clarice João e Olga, enquanto as professoras da rede privada são Angela, Judith, Malala, Frida e Anne. No quadro 1 apresentamos o perfil dos colaboradores desta pesquisa.

Quadro 1 - Perfil dos colaboradores da pesquisa

| Docente / Gênero | Idade/Tempo de atuação | Sala em que atua | Rede de atuação | Religião |
|-------------------------|-------------------------------|-------------------------|------------------------|-----------------|
| Dilma - Feminino | 43 anos - 12 de atuação | 1º ano | Rede pública | Católica |
| Marta - Feminino | 33 anos - 3 de atuação | 2º ano | Rede pública | Católica |
| Clarice - Feminino | 40 anos - 16 de atuação | 3º ano | Rede pública | Católica |
| João - Masculino | 48 anos - 28 de atuação | 4º ano | Rede pública | Católico |
| Olga - Feminino | 50 anos - 25 de atuação | 5º ano | Rede pública | Católica |
| Angela - Feminino | 46 anos - 27 de atuação | 1º ano | Rede privada | Evangélica |
| Judith - Feminino | 27 anos - 4 de atuação | 2º ano | Rede privada | Católica |
| Malala- Feminino | 43 anos - 23 de atuação | 3º ano | Rede privada | Católica |
| Frida - Feminino | 28 anos - 5 de atuação | 4º ano | Rede privada | Católica |
| Anne - Feminino | 48 anos - 15 de atuação | 5º ano | Rede privada | Católica |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em seguida, partiremos para a análise e discussão de dados, onde discorreremos acerca das respostas ofertadas pelos/as docentes que concordaram em colaborar com a presente pesquisa, contribuindo com a mesma de modo extremamente significativo ao disporem de expressar-se acerca de suas experiências, tanto no campo pessoal quanto profissional.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com o objetivo de analisar como os/as professores/as da Educação Básica do município de Guarabira/PB discutem as relações de gênero e quais as implicações dessa discussão para a educação sexual dos sujeitos imbricados no ato educativo, essa seção destaca a análise dos dados e os resultados que sobressaíram-se ao longo do presente estudo. Nesse ínterim a seção está organizada em três subseções, sendo elas: **7.1** elementos mobilizados pelos colaboradores para a discussão das relações de gênero; **7.2** entraves possibilitados para a repercussão das relações patriarcais e da desvalorização feminina na sociedade; **7.3** implicações da discussão de gênero para a educação sexual dos sujeitos imbricados no ato educativo.

7.1 Elementos mobilizados pelos colaboradores para a discussão das relações de gênero

Ao identificar quais os elementos são mobilizados pelos/as professoras para a discussão das relações de gênero, percebemos que a educação familiar teve influência nessa mobilização, principalmente, partindo do ponto de vista de alguns dos/das entrevistados. É importante lembrar que, oito participantes afirmaram não haver sofrido ou não se lembrar de nenhum tipo de preconceito, privilégio ou limitação imposta devido a seu gênero durante a sua infância.

Nesse sentido, apesar da professora Anne afirmar que: *“Fazia muitas atividades junto às minhas irmãs e primos sempre no mesmo nível”*. Contudo, duas participantes ratificaram a ocorrência de alguns episódios ocorridos ao longo da infância. A professora Judith diz: *“Meus pais não me deixavam brincar com meninos e não me deixaram estudar fora por ser menina, mas o meu irmão foi fazer o curso que queria”*. Enquanto a professora Frida ressalta: *“Me recordo de ser podada por ser menina. A não correr, sentar direito e etc”*.

Foi possível notar essas duas participantes discorrem sobre serem impostas a determinados padrões de gênero, como o “sentar como moça”, segregação entre gêneros ou liberdade limitada para fazer universidade em outra cidade, enquanto o seu irmão, do sexo oposto, pôde seguir o seu desejo de estudar fora. Quando refletimos sobre isso, recordamos da luta da mulher

para conquistar seu espaço na sociedade e liberdade para ser quem ela gostaria de ser, se expressar e ir para onde queira.

Se antes foi preciso lutar para que a mulher tivesse o direito à educação, mais do que isso, é necessário prover meios para que a mesma possa frequentar escolas e universidades, e isso se faz por meio de um longo processo de desconstrução, para que seja desmistificada a ideia de que a mulher é intelectualmente inferior, propriedade do homem ou um sexo frágil, incapaz de cuidar de si mesma.

Ao limitar o acesso a determinadas profissões, estamos restringindo a participação feminina na sociedade. De acordo com Louro (2003), essa foi uma das reivindicações das mulheres durante a 1ª Onda do Feminismo, que aconteceu durante o século XIX e início do século XX por todo o mundo. Ou seja, mais de um século depois, é possível perceber que consideráveis avanços foram conquistados, no entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido e se faz necessário que os movimentos feministas sigam lutando por seus direitos.

Foi possível notar que todos/as, sem exceção, exerciam atividades domésticas dentro de casa para auxiliar suas respectivas mães durante a infância. Além disso, faziam afazeres diários e tarefas definidas. Entretanto, cabe destacar as respostas oferecidas por Clarice e Ângela: “*Tranquilo. Minhas irmãs e eu ajudávamos nossa mãe em casa e meu irmão saía com meu pai para ajudar na feira*” (Angela) e “*Sempre cuidei da casa com minha mãe e 2 irmãs, enquanto meus irmãos iam para o roçado com meu pai*” (Clarice).

Ambas mencionam possuir irmãos do sexo masculino, porém, os mesmos não participavam auxiliando nas atividades domésticas, os mesmos saíam de casa com seus pais para exercer trabalho braçal, seja na roça ou na feira.

Nisto, é possível notar novamente papéis de gênero sendo impostos. Enquanto as meninas estão consideradas aptas para realizar serviços domésticos, os meninos não servem para desempenhar tais tarefas. Eles possuem força, dureza e habilidade para estar fora de casa. Desde cedo jovens rapazes são colocados em ambientes mais desafiadores, onde irão testar seus limites, conhecer novas pessoas e, conseqüentemente, um mundo muito maior de possibilidades, onde é possível conquistar ou melhorar habilidades.

Ao contrário das meninas, que são criadas de forma reclusa e com tarefas que as limitam. Sobre isso, Laurentis (1996) discorre a respeito de anatomia-

destino, que está relacionada ao gênero/sexo e as limitações que são impostas aos indivíduos devido a tais fatores, sendo considerado isto, o destino de cada um deles, de forma que seguem um padrão social. A mulher, aquilo é imposto, aquilo deve ser seguido no percurso de sua vida.

A compressão dos/das docentes em relação aos conceitos de gênero e sexualidade se deu de forma quase unânime, pois percebemos similaridades em algumas das respostas dos entrevistados. A professora Dilma diz: *“Não entendo muito sobre o assunto, mas creio que é sobre o que nos atrai e sobre quem somos biologicamente”*. Já a professora Judith afirma: *“Gênero é sobre papéis sociais, enquanto sexualidade é quem somos biologicamente”*. É possível notar que ambas as docentes possuem uma noção equivocada a respeito de gênero e sexualidade, primeiramente relacionando a atração física, seguido por uma limitação do fator biológico à sexualidade, tal como fez Judith, não vinculando ambas.

Dentre as respostas, algumas são: *“Gênero é uma distinção social do indivíduo. E sexualidade diz respeito do que sente ou percebe em si”* (João). A participante Olga diz: *“gênero - O que identifica homens e mulheres. sexualidade - Está baseado na atração sexual e na afetividade compartilhada entre pessoas”*. Enquanto para Angela, *“ambos estão relacionados, mas gênero é uma questão social e sexualidade o que você prefere”*. E Frida define da seguinte forma: *“gênero é como você se identifica e sexualidade é o que desejamos”*.

Assim, a maioria dos/as professores/as definem gênero como algo além de um fator biológico, ou seja, que é construído socialmente. Na definição de Scott (1995), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, embora haja uma vasta forma de classificação para gênero, o que por vezes, torna de difícil compreensão, pode-se dizer que, o conceito ainda que vago, foi captado pela maior parte dos docentes.

7.2 Entraves possibilitados para a repercussão das relações patriarcais e da desvalorização feminina na sociedade

Tendo em vista que há todo um tabu por trás do debate acerca de gênero e sexualidade, ainda que desde o século XX já houvesse uma discussão

acalorada entre membros da comunidade de saúde, professores e intelectuais da época em defesa do ensino da temática em sala de aula, de modo que colocasse em prática o assunto pautando-o em cima de um viés moralista e higiênico, como alega Marques (1994, p. 17). Assim, a questão de gênero e sexualidade até os dias atuais ainda não foram totalmente inseridas na educação brasileira, tendo em vista que o seu ensino não é obrigatório.

Ao considerarmos este fato, levamos em consideração o pouco ou nulo contato que as educadoras e educador entrevistados possuíram com a temática ao longo de sua formação nos anos iniciais do ensino fundamental I, anos finais e ensino médio, principalmente ao considerarmos suas respectivas idades. Para além, buscamos averiguar, portanto, se ao decorrer de sua formação no ensino superior os mesmos se depararam com a temática sendo abordada em sala de aula, de forma que fossem apresentados ou aprofundados a respeito desta questão para assim ser possível lidar melhor com a mesma. Dilma, Clarice, Olga e Angela foram categóricas ao afirmar que “*Não*”, que por ser um assunto considerado recente “*não havia disciplina sobre isso*” - (Angela), enquanto Anne afirma que “*não lembra*”.

Já os/as demais entrevistados/a alegam haver tido, sim, algum contato com a temática, ainda que tenha sido de forma breve em algum momento do curso, como discorre Angela “*Não, não havia disciplina sobre isso. Creio que no máximo foi abordado superficialmente uma vez ou outra.*”. Entretanto, para outra, Frida, “*Sim. Foi muito interessante porque a sua percepção muda sobre muitas coisas*”.

Neste sentido, foi possível constatar que as/o docentes que possuem um tempo maior de sala, logo, com uma formação/currículo mais antigo, não possuíram qualquer contato com a temática. Enquanto os docentes formados a menos tempo já haviam tido contato com disciplinas ou debates relacionados a esta questão, o que pode possibilitar uma melhor compreensão e facilidade para lidar com o assunto.

A falta de familiaridade com a questão de gênero e sexualidade pode ocasionar diversos obstáculos em relação à compreensão da temática, levando a sociedade a ter uma visão distorcida a respeito da mesma, resultando em uma má repercussão no campo familiar-patriarcal, e, conseqüentemente, na desvalorização feminina. Pois, a partir do momento em que não se reconhece

a capacidade intelectual da mulher, privando-a de vivências e escolhas, devido, unicamente, a seu gênero, há uma desvalorização da mesma. Podemos recordar que grandes intelectuais dos séculos que nos sucederam e são referência até os dias atuais, como Charles Darwin (1971), que acreditava que as mulheres possuíam menor capacidade que os homens, tanto em aspectos físicos, emocionais ou racionais, demonstrando-se intelectualmente inferiores.

É possível notar que devido a essa criação em uma sociedade baseada em pré-conceitos machistas, muitas vezes há uma percepção equivocada a respeito de como enxergamos as questões que envolvem gênero e sexualidade, nublando a nossa visão em reconhecer quando estamos sendo vítimas de uma repreensão, de modo que tratamos com normalidade as limitações que nos são impostas.

Nessa perspectiva, quando questionados a respeito de como enxergam o mundo em relação à questão de gênero nos dias de hoje, as professoras e o professor entrevistados, em sua maioria, acreditam que “(...) *muita coisa vem sendo deturpada e devemos trabalhar em cima do respeito (...)*” (Dilma), ou como afirma Clarice, a questão de gênero é algo que “*Não faz parte da nossa realidade em sala.*”, enquanto, Marta alega que “(...) *a igualdade de gênero existe. Que numa sociedade homens e mulheres gozam das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas*”.

Logo, sabemos que a realidade é totalmente oposta a essa fala, tendo em vista que, há dados oficiais que demonstram a discrepância da mulher para o homem no mercado de trabalho, por exemplo. É pertinente recordar que, de acordo com dados da FVG (Fundação Getúlio Vargas) obtidos no ano de 2021, a presença da mulher no mercado de trabalho é cerca de 20% inferior a masculina, além das mulheres receberem um salário inferior ao do homem, ainda que exerçam o mesmo cargo ou possuam melhor instrução. Já a docente Olga alega que “*O mundo hoje em dia quer distorcer as criações de Deus, querendo impor à sociedade direito de escolha onde não existe e que vai contra todos os tipos de religiões e principalmente contra Deus*”. É possível notar em sua fala uma limitação do direito à escolha, utilizando como base um viés religioso. Dinucci (2015) relaciona a bíblia com um manual de moral da fé, sendo utilizada pelo cristianismo para reafirmar a inabilidade do gênero feminino perante o homem, sendo assim, podemos afirmar que a docente em questão

possui uma opinião que reproduz estereótipos de gênero impostos pela sociedade.

Sob esta perspectiva, é notório que a grande maioria dos/das docentes possuem uma visão distorcida, limitada e até mesmo ilusão a respeito da questão de gênero. A igualdade de gênero é uma busca constante e que ainda está longe de ser conquistada. Outro ponto pertinente é a fala de Malala, que considera a questão de gênero uma “*Bagunça. As coisas do gênero feminino não é para deixar de ser (pertencer) ao gênero feminino e vice versa.*”, crendo que há uma categorização de coisas que pertencem ao gênero feminino e ao masculino, e que as mesmas não devem se misturar. Além de Anne, que afirma: “*Não sei explicar. Para mim é um tema ainda obscuro.*” Isso nos leva a questionar: Se a mesma não é capaz de formar uma opinião a respeito de como enxerga e compreende a questão de gênero na sociedade atual, como ela seria capaz de identificar casos que envolvam este tema em seu ambiente familiar, pessoal ou de trabalho?

Sendo assim, podemos dizer que ainda há um grande receio e ignorância para lidar com a temática, havendo uma reprodução de falas preconceituosas e, se não desconstruídas, daremos continuidade a um ciclo vicioso repleto de preconceito com a figura feminina. Neste sentido, como diz Lauretis (1986), é fundamental reconhecer que o presente quadro social é algo mutável, ou seja, possível de ser alterado, desde que os indivíduos estejam com a mente aberta para produzir novos conhecimentos.

7.3 Implicações da discussão de gênero para a educação sexual dos sujeitos imbricados no ato educativo

Neste cenário temos o espaço escolar como um local de abrigar diversas crianças, com histórias, vivências e personalidades diferentes, sendo este campo responsável por abraçar cada criança e suas respectivas individualidades, promovendo entre os discentes uma aceitação entre os mesmos, entretanto este não é um processo fácil.

Com base na entrevista realizada com as docentes e o docente atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental I, é possível notar que o pré-conceito e a violência de gênero, seja física ou verbal, é algo que está extremamente

enraizado e banalizado em nossa sociedade, sendo levado também para o ambiente escolar. Enquanto as docentes Dilma, Marta, Malala e Anne afirmam não haver presenciado nenhum tipo de preconceito relacionado a questões de gênero ao longo de sua trajetória em sala de aula, a grande maioria dos/das entrevistados/as afirmam que sim, já se depararam com casos do tipo.

Foi possível notar que, por vezes, as ofensas são consideradas “coisas bobas” ou “coisas de criança”, como é possível observar na fala de Angela, quando questionada se já ocorreu casos de machismo e discriminação dentro da sala de aula ou ambiente escolar envolvendo questões de gênero diz que: *“Sim, mas coisas bobas do cotidiano. Como por exemplo os meninos não gostarem de fazer atividades com as meninas”*. Além de Olga, que afirma já haver presenciado ataques de um aluno para com uma aluna devido a sua aparência física recorda-lo traços masculinizados, diz ela: *“Sim, porém de forma verbal e leve onde o menino do sexo masculino agrediu verbalmente a colega com traços male to female (macho para fêmea)”*.

A partir do momento em que não é dada a atenção necessária para casos do tipo, os mesmos podem se tornar corriqueiros, com grandes tendências a acontecer novamente. A professora Clarice também afirmar já ter presenciado durante os seus anos em sala de aula casos envolvendo discriminação por gênero, e exemplifica: *“Já houve casos em que os meninos não queriam brincar com as meninas. Por exemplo, uma vez fomos brincar de baleada e eles não queriam as meninas nos times porque eram fracas.”* Em seguida, a Judith revela: *“Já tive aluno que não queria utilizar nada na cor rosa, inclusive a própria mãe retirou a cor do estojo dele e o mesmo nunca queria brincar com as meninas.”* De acordo com Mesquita, Ramos e Santos (2001), a discriminação é uma consequência das relações sociais que criamos, e que a mesma pode surgir em brincadeiras e piadas, de modo que, por vezes, acabam por camuflar-se por trás de um suposto divertimento, mas que implica e acarreta diversas consequências, pois alguns indivíduos são colocados em situações constrangedoras e que lhe diminuem.

Em seguida, temos o relato mais chocante, que mostra quão importante é haver essa discussão a respeito de gênero dentro de ambiente escolar, pois o/a aluno/a pode estar inserido/a em um ambiente onde há a normatização da violência, sendo a escola o único lugar capaz de apresentar-lhe determinados

conceitos. A professora Frida afirma que *“Sim. Lembro-me de um aluno, ano passado, que relatou em sala que o pai batia na mãe de uma forma que ele claramente considerava algo normal. Chocou muito os colegas, que alegaram que isso era errado, mas o aluno defendeu o pai e alegou que a mãe também batia.”*

Neste sentido, é fundamental que haja um diálogo claro e aberto entre escola-aluno-família, que tais assuntos que envolvem a questão de gênero sejam discutidos sem receio para que seja possível reconhecer a problemática por trás dele e o quão impactante esses comportamentos preconceituosos podem ser na vida de diversos indivíduos que fazem parte daquele meio, tanto a curto, quanto a longo prazo.

No momento em que se faz necessário intervir em casos que envolvam o preconceito de gênero, é possível notar a unanimidade entre as respostas: Diálogos pautados no respeito ao próximo. Dilma revela que: *“Sempre digo que devemos respeitar o próximo seja ele quem for”*. Assim como Marta: *“Intervenho, tento conversar com eles e dá certo”*, e o professor João afirma: *“Lido com tranquilidade e respeito, por ser o professor do sexo masculino, e todos aceitam o uso do discurso em foco com respeito”*. A professora Olga revela que: *“O assunto deve ser abordado de forma pela qual todos têm sua igualdade, deve ser de forma clara, para que sejam convertidos em aprendizados, vídeos informativos, trabalhos”*.

Enquanto Angela diz: *“Dialogando e explicando que devemos respeitar todos igualmente”*, já a professora Judith vai além e destaca a importância que também haver o envolvimento da família nesse diálogo, em sua fala ela diz: *“Converso com o aluno e com os pais sobre a importância do respeito.”* As docentes Malala e Anne afirmam nunca ter se deparado com questões que envolvem a temática em sala de aula, entretanto defendem que a postura ideal é, também, pautada no respeito e diálogo *“Até o momento nunca aconteceu situações sobre esse assunto, mas se acontecer irei conversar com eles e explicar que é errado”* (Malala) e *“Ainda não tive problemas com o assunto, mas creio que deve ser tratado com atenção e respeito”* (Anne). Já a professora Judith alega que busca também o caminho do diálogo, porém diz não ser um caminho fácil: *“Tento conversar e explicar que é errado, mas há muita dificuldade.”*

Neste sentido, tendo como base as respostas, se faz fundamental encarar as adversidades que surgem no percurso, lembrando que a escola atua como um agente da socialização, surgindo como um ambiente democrático que promove interações e troca de ideias, acolhendo diferentes pessoas que possuem vivências, opiniões e valores que, por vezes, divergem uns dos outros. Sendo assim, é fundamental conscientizar o alunado a respeito das diferenças que existem entre os indivíduos para que seja possível haver uma convivência harmoniosa, pois, de acordo com Louro (1999), a escola desempenha um papel de disseminar conhecimentos, auxiliando no processo da construção de indivíduos formadores de opinião; e, é por isso que, o docente deve exercer o importante papel de mediar tais questões de modo que o seu posicionamento seja firme e claro, não tolerando a discriminação de gênero e debatendo a respeito disso sempre que possível.

Entretanto, quando questionados a respeito da discussão sobre gênero e sexualidade em sala de aula, apesar da grande maioria já haver presenciado no ambiente escolar preconceito de gênero, os/as entrevistados/as afirmam que não acontece em sala de aula discussões a respeito da temática. Com exceção do professor João, que revela realizar todo um trabalho mais aprofundado acerca da questão, o mesmo revela que: *“Sim, através de rodas de conversas, palestras educativas, textos livres e outros”*. Assim como a Marta, porém a mesma limita a conversa apenas para momentos quando ocorre a violência de gênero, diz ela: *“Só quando acontece problema sobre isso em sala”*. Já os/as demais revelam que não, não discorrem sobre a questão dentro da sala de aula. Judith revela que *“Não, não é um tema comum. Com exceção de quando há episódios que envolvem essa questão, mas são discutidos de forma particular”*.

Essas falas nos levam a perceber que a partir do momento que se isola o caso de tal forma, discutindo apenas com os envolvidos, os/as demais alunos/as são privados da aprendizagem a respeito de uma questão tão importante. Outro ponto pertinente a se destacar é a limitação da discussão, como faz a professora Clarice, a mesma diz que *“Já conversei em algumas aulas específicas como o dia internacional da mulher.”* Neste ponto do questionário foi possível constatar que, as discussões a respeito de gênero e sexualidade em sala de aula são quase nulas, ocorrendo apenas quando há casos que envolvem a discriminação entre os alunos ou em momentos específicos como data comemorativa.

Tendo em vista que a questão de gênero e sexualidade se faz presente na sociedade e em cada indivíduo, é consideravelmente preocupante que este debate seja limitado a episódios que ocorrem esporadicamente, quando na verdade a discussão a respeito destes tópicos seriam fundamentais, justamente, para evitar que ocorressem situações que envolvam preconceito de gênero. Principalmente no ambiente escolar que, exerce a função de auxiliar no processo de formação dos indivíduos transmitindo valores e ensinamentos, de modo que o entendimento é facilitado quando ocorre uma boa comunicação a respeito do significado e ações que acontecem com os mesmos no ambiente escolar, assim como afirma Sarmiento (2004). Sendo assim, é prejudicial para o desenvolvimento dos discentes de uma forma geral essa falta de comunicação quando ocorrem episódios de preconceito.

Entretanto, para que este diálogo seja possível, é necessário que haja a compreensão por parte do corpo docente da importância para a temática. Quando questionados a respeito disto, é possível notar que as respostas se divergem. Enquanto 50% acreditam que é, sim, importante que haja discussões sobre o tema em sala de aula de modo que, tendo em vista que estão auxiliando no processo de construção de indivíduos e críticos. Para tanto, é necessário o preparo para a vida em sociedade, onde compreendam as questões que envolvem gênero, promovendo o respeito e a igualdade e evitando a perpetuação de práticas discriminatórias, como defende João: *“Sim, faz com que os indivíduos cresçam conscientes, para a formação de uma sociedade mais justa”*.

A professora Olga colocou: *“Sim, devido ao tempo pela qual está correndo de forma muito rápida, onde é comum encontrar vários tipos de gêneros que por sua vez estão inseridos em toda sociedade”*. E, a professora Malala é certa ao afirmar que *“Sim, porque estamos trabalhando com meninos e meninas no início de sua formação, onde estão aprendendo o que é certo e errado. Então é importante que compreendam essas questões”*. Além de Judith, que diz que *“Sim, pois muitas vezes os alunos não tem em casa essa realidade”*, reconhecendo que a escola pode ser o único ambiente em que a criança é apresentada às noções básicas de respeito e segurança. As demais docentes acreditam que é algo de difícil compreensão para crianças, considerando algo *“adultizado”*, ou seja, que não é condizente com suas respectivas idades, como

revela Angela, ao dizer que: *“Não, é um assunto muito adulto para eles”*. Além de Anne, que afirma não haver necessidade de discutir a temática para crianças *“Talvez em salas de aula com alunos adolescentes. Mas na atual sala em que leciono, acho desnecessário”*. Também concorda Clarice *“Não acho tão importante nessa idade deles. Talvez no ensino fundamental II, quando já estarão mais maduros para assuntos tão delicados e adultizados.”*

Todavia, é preciso refletir sobre essa questão. Qual a idade propícia para discutir a respeito de gênero e sexualidade com indivíduos que, desde a tenra idade, já possuem tais particularidades ou são expostos a ela? Tendo em vista que, como diz Pupo (2012), gênero tanto são relações sociais ou construção de papéis sociais, que se moldam de acordo com o tempo e a sociedade. Além disso, é admitido pelos/as docentes que seus alunos/as já foram expostos a situações que envolvem o preconceito de gênero em sala de aula, sendo assim, é incoerente que a temática não seja debatida em sala de aula.

Se ainda crianças do Ensino Fundamental I os mesmos precisam lidar com circunstâncias que envolvem gênero e sexualidade, logo, não é desnecessário que haja debates sobre o assunto ou deixá-lo para ser discutido apenas quando estiverem mais velhos em outras etapas da Educação Básica. Neste momento é possível corroborar a ideia de Louro (1999), na qual diz que as escolas seguem sustentando padrões de desigualdade ao não inserir e considerar importante trazer para o ambiente escolar os debates que envolvem as questões de gênero.

Apesar da questão de gênero e sexualidade ser algo que faz parte do nosso cotidiano, de nossa sociedade, algo que está em nós, ainda há um certo receio social em falar sobre a temática, sendo considerado um grande tabu. Na fala dos professores entrevistados, com exceção de Olga, que alega não possuir dificuldades em trabalhar o tema em sala ao dizer que: *“Creio que não, pois como afirmei, precisamos lidar com o novo para que não haja danos de forma pessoal e na sociedade pela qual estamos inseridos”*.

É possível verificar que a maioria, afirma, sim, haver muita dificuldade em trazer o tema para a sala de aula. Seja por considerarem algo complicado em que há controvérsias, como diz Dilma: *“Sim, pois trata-se de um assunto polêmico e difícil de se tratar com crianças”*. Ou por causa de um possível mal-estar envolvendo os pais dos discentes e pela falta de suporte por parte da

direção e coordenação da instituição, como revela Judith *“Infelizmente há. Não há incentivo e nem suporte por parte dos nossos superiores e também há pais muito complicados”*. Também há a questão de ser algo desconhecido para os próprios docentes, tendo dito Anne *“Sim. Se para mim é um assunto pouco conhecido, imagine para as crianças...”*, logo, não se sente apta para realizar tal discussão.

Nesse sentido, é interessante notar como o tema segue sendo um tabu social ou considerado algo “atual”, como diz Marta, ao falar que *“Existe sim, mesmo sendo um tema atual ainda se encontra muito preconceito em meio a sociedade”*, quando na verdade desde o século XVIII já haviam debates para trazer para sala de aula a discussão sobre educação sexual, sendo algo fortemente defendido tanto pela comunidade médica da época, quanto por intelectuais, sendo considerado algo que possuía um caráter moral, higiênico e de interesse para a raça, de acordo com Marques (1994). Ou seja, ainda que na época o interesse dos envolvidos não fossem uma reestruturação dos papéis sexuais, valorizando a figura feminina e a colocando em pé de igualdade com a masculina, é pertinente observar que, além de não haver consideráveis avanços em relação a visão e do papel exercido pela figura feminina na sociedade, mesmo ao passar de séculos o tabu relacionado ao tema de gênero e sexualidade na educação segue sendo persistente e limitando os debates que envolvem a temática.

Por fim, a segregação entre gêneros durante brincadeiras foi abordada. Ainda que a brincadeira, por vezes, seja algo fantasioso, os estereótipos de gênero na mesma é algo presente e recorrente. É comum que haja brincadeiras que são consideradas de meninos e outras de meninas, além de haver preferência em dividir-se em grupos de acordo com o mesmo sexo, como foi afirmado por Dilma, Clarice, Olga, Angela, Judith e Malala. Apesar de defender a importância do ato de brincar juntos, independentemente do gênero, a Dilma diz que: *“Creio que devemos incentivá-los a brincarem juntos, desde que sejam brincadeiras saudáveis. Acontece de algumas vezes os meninos preferirem brincadeiras mais “agressivas” e as meninas não gostam, e vão brincar de outra coisa”*. Enquanto a Clarice enxerga com naturalidade que meninos e meninas promovam segregação de gênero em um momento de diversão ao dizer que

“Não incentivamos esse comportamento na escola, entretanto é algo natural deles. No intervalo sempre se formam grupinhos de meninos e meninas”.

Por outro lado, a professora Judith acredita que tal divisão ocorre devido ao ambiente familiar em que a criança está inserida. Em sua fala, ela afirma que: *“É comum ter grupos de meninos x meninas nas brincadeiras. Às vezes é algo que eles mesmos organizam, talvez por ser assim em casa.”* E de fato isto acontece, pois desde o momento de seu nascimento meninos e meninas são tratados de forma diferente pelos adultos que os cercam, os mesmos operam de forma que as crianças acabam por desenvolver uma visão "normalizada", dessa segregação, visualizando como algo natural, tal como afirma Vianna & Gomes (2013). A professora Malala recorda que esta divisão se dá devido estar culturalmente enraizado na sociedade, sendo repassado de geração para geração *“Sim. essa divisão já vem de nossos antepassados e orientavam os filhos que menino brinca com menino e vice-versa.”*

Já o professor João, juntamente com as professoras Marta, Frida e Anne afirmaram não permitir que haja segregação de gênero durante o ato de brincar, João diz que: *“Todos brincam em coletivo com atividades únicas”.* Sendo este o posicionamento adequado, pois, tendo em vista que, o momento da brincadeira auxilia no processo de desenvolvimento motor, cognitivo e social e emocional, é fundamental que os docentes pratiquem e incentivem o ato de brincar sem haver qualquer distinção entre gêneros. Ao segregar, o universo lúdico infantil está sendo prejudicado, e por isso, é importante que os docentes estimulem o alunado a explorar e descobrir possibilidades sem imposições, exercendo toda a sua criatividade, pois, como diz Brougère (2010), a brincadeira é, antes de tudo, uma confrontação com a cultura.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo me permitiu constatar as dificuldades que ainda se fazem presentes na esfera educacional dos anos iniciais de Ensino Fundamental relacionadas às questões de gênero e sexualidade. Foi possível observar que por mais que as mulheres enfrentem diariamente adversidades em sua vida social e pessoal, seja por discriminação ou não aceitação de sua diferença como mulher, o feminismo ainda enfrentará muitas barreiras, sejam como formação de identidade ou poder político na sociedade, pois é notório que ainda há dificuldades em compreender quando a figura feminina é vítima de discriminação devido ao seu gênero. E, isto, provavelmente, ocorre devido ao preconceito está tão enraizado em nossa sociedade e, após séculos de normalização, ainda não estamos aptos para distinguir quando estamos sendo vítimas de uma sociedade machista e opressora, que nos poda e nos limita constantemente.

A partir do momento em que se reconhece a categoria gênero, a mesma torna-se essencial para compreender a igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito a direitos básicos, a saber: políticos, econômicos, sociais, familiares, trabalhistas, além de também haver o reconhecimento do direito de emancipação da mulher na sociedade, um dos mais importantes instrumentos na luta pela igualdade de gênero. No entanto, a simples menção ao termo gênero ainda não é suficiente para explicitar as formas como se constrói em sociedade a dominação masculina, nem as razões que legitimam as diferenças entre o papel social de homens e mulheres. A palavra "gênero" segue causando certa repulsa, pois há uma noção deturpada do significado da mesma devido a estrutura e valores patriarcais que nos foram repassados, o que gera uma maior dificuldade na aceitação de discussões a respeito dessa questão, principalmente no que se refere ao campo educacional de Ensino Fundamental I.

Foi possível notar dificuldades na compreensão do termo tanto por parte dos/das docentes, quanto por parte dos pais, já que de acordo com os/as mesmos/as um dos empecilhos para o debate acerca da questão de gênero e sexualidade na sala de aula se daria ao fato de ser algo mal visto pelos responsáveis legais das crianças. Neste sentido, é importante compreender que as concepções de masculinidade e feminilidade são determinadas de acordo

com uma série de fatores, que variam desde o momento histórico, as leis, a religião, a política e a organização familiar, o que impossibilita uma compreensão clara e livre de estereótipos, pois a construção do gênero é decorrência de diferentes aprendizagens que acumulamos ao longo da vida, onde no processo adquirimos experiências e vivências a partir das relações pessoais e dos cenários sociais que estamos inseridos.

Tendo em vista que a escola é um lugar que possui grande poder de transformação, auxiliando no processo de construção de indivíduos críticos, a sala de aula surge como um ambiente que torna possível exercermos o livre arbítrio para mostrar nossa identidade, discutindo a respeito da igualdade de gênero, disseminando conhecimentos que promovam o respeito às diferenças, dentro e fora dos muros da escola. Assim, contribuindo para que haja aceitação ao gênero e diversidade e uma sociedade mais justa e igualitária, ao invés de continuar perpetuando as violências, sejam elas físicas ou verbais, que, como foi possível notar no questionário respondido pelos docentes, ainda ocorrem atualmente no ambiente escolar, e são classificadas como “coisas bobas”, pois é tido como um padrão normatizado.

Sendo assim, o problema é tratado de maneira superficial com uma reclamação aos pais, ou com o próprio aluno, realizado de forma privada. É possível afirmar que a raiz do problema não é atingida, logo, voltará a se repetir tanto a curto quanto a longo prazo. É necessário que haja a conscientização de que as diferenças estão presentes nos espaços escolares como parte da condição humana e de suas dimensões cultural e social, e que elas não estão indo para lugar nenhum. Mais que aceitas, elas devem ser compreendidas e valorizadas.

Neste sentido, podemos afirmar que é preciso trabalhar com a aceitação do outro, daquilo que é diferente de nós, desde a tenra idade. É comum que as crianças reproduzam o que veem a partir dos adultos que as cercam, logo, o discurso de que são “muito novas” para compreender questões relacionadas ao gênero, como foi defendido por algumas docentes entrevistadas, é uma falácia equivocada. Além disso, a partir do momento que os/as docentes consideram normal e alegam que é algo natural das crianças produzirem um ambiente segregado por gêneros, vemos que de fato o preconceito de gênero, por vezes, passa despercebido aos olhos dos profissionais de ensino devido à

normatização social. Tal “naturalidade” foi tão fortemente construída ao longo dos séculos que nos impede de notar essa movimentação de grupos de gênero distintos como um problema relacionado a discriminação e estereótipos de gênero.

Outro ponto pertinente que nos fez refletir foi a questão das dificuldades em se trabalhar gênero e sexualidade dentro de sala de aula, onde os docentes alegam que devido a pouca idade do alunado e por ser um tema considerado polêmico não é viável de acontecer. Entretanto, é preciso refletir sobre tudo o que engloba a questão de gênero e sexualidade e do papel que a escola deve exercer em proteger a criança e o/a adolescente. É comum que familiares e até mesmo algumas escolas se preocupem de que tais discussões agucem a curiosidade da criança para o campo sexual, a ponto de que haja uma iniciação sexual precoce. Todavia, estudos desenvolvidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), apontam que, quanto menos informação, mais precocemente se iniciará a vida sexual, não raras vezes pautada por situações de violência. Quando a escola e a família ignoram temas voltados para a sexualidade e optam por manter a criança leiga, é possível que estejamos sendo coniventes com diversas formas de violência.

Ao se questionar a idade ideal para discorrer sobre tais temas, vamos refletir: A partir de qual idade uma criança pode ser vítima de violência de gênero? A partir do momento em que ela nasce. A educação de gênero e sexualidade deve começar a partir do momento em que as crianças demonstram em sua identidade características físicas condizentes com o seu gênero, dando início assim a uma série de opressões e violências explícitas ou implícitas devido unicamente pelo fato de terem nascido meninas. Portanto, é fundamental que, desde tenra idade, comecemos a discutir a respeito de sexualidade com as crianças, nomeando as partes do corpo de uma forma naturalizada. A informação a respeito da sexualidade não erotiza precocemente, o que erotiza precocemente é a ignorância.

Ao discutir gênero, não estamos buscando determinar ou impor a alguém uma orientação sexual, estamos tentando desnaturalizar as desigualdades entre gêneros que se fazem presentes na sociedade, para que seja possível surgir uma nova sociedade onde prevaleça o respeito pelas minorias, educando para que se formem cidadãos conscientes. Neste sentido, a escola exerce um papel

fundamental na construção deste percurso, pois ao estar inserido nela, o alunado que, por vezes, possui e conhece uma única forma de convívio dentro de casa, é exposto a possibilidade de relacionar-se com o outro, conhecendo outros modos de falar e de ser ouvido sem represálias.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aline P; COSTA, Ana M. M; PAIVA, Pedro H. A. da S. **GÊNERO E SEXUALIDADE NO P.N.E. (2014-2024)**: discursos e sujeitos no contexto mossoroense. II Congresso Nacional de Educação. Mossoró, 2015
- BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Trad. Maria Ignez Duque estrada. 2a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BOFF, Leonardo. **Princípios teológicos para um equilíbrio dos gêneros, 2018.**
- Brougère, G. (1998). A criança e a cultura lúdica. **Revista da Faculdade de Educação**, 24(2), 103-116.
<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/59630/62727>
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- COSTA, Jurandir F. **O referente da identidade homossexual.** 1994.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.151-172, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142003000300010&script=sci_artt_ext. Acesso em: 15 de Janeiro de 2021.
- DINUCCI JÚNIOR, C. A. M. "HOMEM E MULHER OS CRIOU": A igualdade intergêneros do "Jardim do Éden" ao pensamento feminista, **Revista Transformar**, 7ª Edição, p. 136-145, 2015.
- EFÉSIOS 5: 22-24. In: A **Bíblia sagrada**. Tradução ecumênica. São Paulo: Paulinas, 2002.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Linhas**, Santa Catarina, v.7, n.1, p.1-21, 2006.
- GOMES, Cândido Alberto da C.; CAPANEMA, Cléia de Freitas; CÂMARA, Jacira da Silva. Perspectiva na educação católica no Brasil. In: GARCIA, Irmã Jacinta; CAPDEVILLE, Guy. **Educação Católica.** Bauru: EDUSC; Brasília: UNIVERSA, 2001, p. 17-55.

GIBSON, K. E GRAHAM, J. 1996. **The end of capitalism as we knew it: a feminist critique of political economy**. Lisboa: Instituto Piaget.

GIDDENS, A. 2000. **Mundo em descontrole - o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record.

GIDDENS, A. Heteronormatividade. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília, DF: MEC; Unesco, 2009. p. 85-93.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JOHNSON, R. **Sexual dissonances: or the "impossibility" of sexuality education**. Curriculum Studies. Vol. 4 (2), 1996.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R.D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1984.

LAURETIS, T Upping the antiisic) in feminist theory. In During, S. (ed.) **The Cultural Studies reader**. Londres e Nova York: Routledge, 1993.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In Hollanda, H. (org.) **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. A documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). **Revista brasileira história**, v. 17, n. 33, p. 238-250, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo**. Maringá: Eduem, 2008.

MANTOUX, Paul. **A Revolução Industrial no século XVIII**. São Paulo: Editora da UNESP/Ucitec, s/d..

MESQUITA, Mary Lúcia; RAMOS, Sâmya R; SANTOS, Silvana M. M. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social In: MUSTAFÁ,

Alexandra M. (org.) **Presença Ética** vol. 1-anuário filosófico-social do GEPE-UFPE. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.

MESQUITA, Mary Lúcia; RAMOS, Sâmia R; SANTOS, Silvana M. M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

Minayo, MCS; Deslandes, SF; Gomes, R. **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade**, 2017.

NOTA PÚBLICA **ESCOLA É PARA ENSINAR A RESPEITAR! VETA PREFEITO O PL 118/2015: 5 motivos para se discutir gênero na escola**". Mossoró, 2015.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

PALHANO, Luciano. **Homens trans, da invisibilidade à luta**. 2015. Disponível em: <http://revistageni.org/07/homens-trans-da-invisibilidade-a-luta/> Acesso em: 22 de Março de 2017.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In.: **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995. p. 9-28. Disponível em <<http://goo.gl/X8zudp>>. Disponível em 21 Abril de 2022.

PINTO MARTINS, S.: **Derecho del Trabajo**, São Paulo, Atlas, 2008.

A participação de mulheres no mercado de trabalho é 20% inferior à dos homens. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-20-inferior-a-dos-homens/> Acesso em: 08 de Abril de 2022.

‘Política não é muito da mulher’, diz presidente nacional do PSL . VEJA, 2019. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/politica-nao-e-muito-da-mulher-diz-presidente-nacional-do-psl/> Acesso em: 10 de Abril de 2022

PNE 2014-2020. Disponível em: www.cedes.unicamp.br.

PUPO, Kátia. **Questão de gênero na escola**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/20_pupo.pdf. Acesso em: 9 ago. 2018

ROSEMBERG, Flúvia. **Educação sexual na escola**. Cadernos de Pesquisa. 53, maio de 1985.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J; CERISARA, A. B. (Orgs.). **Crianças e miúdos: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Portugal: Edições Asa, 2004, Cap. 1, p. 9-30

SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e Adolescência: Reflexões acerca da Educação Sexual na escola**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris: Rivage, 1984.

VIANNA, C; FINCO, D. **Meninas e meninos na Educação Infantil**: uma questão de gênero e poder. Caderno Pagu (33), 265-283, jul--dez, 2009.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa para o Trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado **“GÊNERO E EDUCAÇÃO: Uma relação mediada pelo patriarcalismo”** está sendo desenvolvida por Lissane da Silva Pereira, aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Ma. Elizangela Dias Santiago Fernandes, e tem por objetivo analisar como as relações de gênero estão sendo discutidas pelos docentes da Educação Básica e quais as implicações dessa discussão para a educação sexual dos sujeitos no ato educativo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicitamos a sua colaboração para responder um questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável

Endereço da Pesquisadora Responsável:
Lissane da Silva Pereira
Guarabira - PB. CEP: 58200-000
Contatos: (84) 986566175
E-mail: lissane.pereira@aluno.uepb.edu.br

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
GÊNERO E EDUCAÇÃO: Uma relação mediada pelo patriarcalismo

Pesquisadora: Lissane da Silva Pereira

(E-mail lissane.pereira@aluno.uepb.edu.br)

1. Solicitamos sua colaboração, respondendo a esse questionário de uma pesquisa de Conclusão de Curso, sobre GÊNERO E EDUCAÇÃO: Uma relação mediada pelo patriarcalismo. Essa Pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Lissane da Silva Pereira, sob orientação da Professora Elizangela Dias Santiago Fernandes, no âmbito do curso de Pedagogia da UEPB (Campus III). Você aceita LIVREMENTE, participar desta pesquisa? *

Sim () Não ()

1. Perfil do(a) professor(a):

Nome: _____

Idade: _____

Whatsapp: _____

Religião: _____

Gênero: _____

Formação: _____

Instituição e ano em que se formou: _____

Tempo de atuação em sala de aula: _____

Ano/série em que atua: _____

Local de atuação: () rede pública () rede privada

1. Você acredita haver sofrido algum tipo de preconceito, privilégio ou limitação imposta devido a seu gênero durante a sua infância? Cite um exemplo.
2. Como era a divisão de tarefas dentro de casa?
3. O que o(a) senhor(a) entende por gênero e por sexualidade?
4. As temáticas de gênero e sexualidades foram abordadas durante a sua formação? Se sim, comente.
5. Como você, atualmente, enxerga o mundo em relação à questão de gênero?
6. Já houve casos de machismo e discriminação dentro da sala de aula ou ambiente escolar baseado em questões de gênero envolvendo alunos do sexo masculino e feminino? Exemplifique.
7. Como você lida em sala de aula com situações que envolvem a diferença de gênero?
8. A questão de gênero e sexualidade é discutida em sala de aula? Como?
9. Você considera relevante para a sala de aula a discussão a respeito de gênero e sexualidade? Por quê?
10. Em sua opinião, há dificuldades para se trabalhar questões de gênero e sexualidade em sala de aula? Explique.
11. Historicamente é possível notar que existe uma separação referente às brincadeiras. Como você enxerga essa divisão no âmbito escolar?